

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 064

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**Ato da Presidência:****DESPACHO**

“Luis Fernando Fedeger, brasileiro, casado, jornalista, portador da CI nº 590939-PR, com endereço na Rua Petit Carneiro, 116, aptº 1803, nesta Capital, apoiado no artigo 88 *caput* e incisos II, III, VI, VII, parágrafo único, da Constituição do Paraná, e artigos 6º, III e VI; 7º, XI; 9º, II, VI e VII, da Lei nº 1079/50, XII e 37 *caput* e § 4º da Constituição Federal, apresenta denúncia, com pedido de afastamento, contra o Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Doutor Jaime Lerner. Omite-se a presença do ilustre advogado e procurador, porquanto o ilustre denunciante lançou sua assinatura na petição.

Na seqüência, a peça acusatória tece considerações fáticas sob as epígrafes: “atos de atentado ao Poder Legislativo e a probidade da administração”; e “atos praticados contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais”. Adiante disserta sobre o se lhe afigura o cerne jurídico da denúncia, encimado pelo título “Do Direito Aplicado”. Conclui pedindo a requisição das provas especificadas, o recebimento da denúncia e o decorrente afastamento provisório do governador, a notificação para o acusado defender-se, o julgamento pela procedência da denúncia com a destituição do acusado do cargo de governador, a suspensão dos seus direitos políticos pelo prazo legal, e a produção ampla de provas cujas testemunhas indica em rol incluso.

Esta, em apertada e fiel síntese, a pretensão deduzida pelo ilustre Luiz Fernando Fedeger.

Decido.

1. A Lei nº 1079/50, que define os crimes de responsabilidade dos Governadores do Estado e regula o respectivo processo de julgamento, no artigo 76, enumera os requisitos constitutivos da denúncia. Dentre outros, aqui e agora, merecem destaque os seguintes: A assinatura do denunciante com firma reconhecida; e a juntada dos documentos que a comprovem; ou a declaração de impossibilidade de apresentá-las, com a indicação do local em que possam ser encontradas.

2. Ao Presidente da Assembléia Legislativa, sob pena de converter-se em mero agente cartorial, incumbe proceder ao prévio exame dos requisitos formais da petição, antes de admiti-la como idônea para seguir o trâmite legal. Tal atribuição se infere do artigo 118, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, que pressupõe um juízo preambular, pelo presidente, da regularidade extrínseca das proposições sujeitas à deliberação da Assembléia Legislativa. Ampara-se, também, na decisão do STF, no MS nº 20941 - DF, que confirmou análogo ato do Presidente da Câmara dos Deputados proferido em processo similar.

3. Vista sob o prisma estritamente formal, a denúncia se mostra desprovida daqueles dois requisitos acima realizados.

A primeira deficiência, que se constata, reside na ausência do reconhecimento da firma do ilustre denunciante, conforme preconiza o art. 76 da Lei 1079, *verbis*: “A denúncia, assinada pelo denunciante, com a firma reconhecida...”.

A segunda falha consiste em que a denúncia veio desacompanhada dos documentos comprobatórios, ou da declaração da impossibilidade de apresentá-los. (artigo 76 da Lei nº 1079/50).

De que o copioso número de jornais anexado à peça acusatória não reveste caráter de prova documental, é fato reconhecido pelo próprio denunciante, no item 4 - “Das Provas” (fl. 14). Nesse tópico da petição, o ilustre denunciante indica as provas documentais das quais se pretende valer.

Portanto, resulta evidente que a denúncia não se faz acompanhar das provas, como prescreve o artigo 76 da Lei nº 1079/50.

É certo, no entanto, que aqueles documentos probatórios o ilustre denunciado almeja obtê-los por intermédio desta Assembléia Legislativa, conforme requer. Todavia, a mera declaração da impossibilidade de apresentá-los, por si só, não sana a irregularidade decorrente da falta de apresentação dos documentos, juntamente com a denúncia, nos termos da lei, menos ainda legitima o pedido de sua requisição por esta Casa.

A reclamada requisição de documentos, prevista na Lei nº 1079/50, só tem lugar na hipótese de resistência injustificada da autoridade pública em fornecê-los ao interessado. Como ilustre denunciante não demonstrou haver requerido às fontes por ele citadas, tampouco o fez quanto à eventual recusa às mesmas autoridades em satisfazer seu direito à informação dos órgãos públicos, assegurado pelo artigo 5º, XXXIII, da Constituição Federal, falece-lhe, conseqüentemente, o direito de tentar obtê-los por intermédio da Assembléia Legislativa.

Veja-se, ademais, que o ilustre denunciante transfere à Assembléia Legislativa o encargo de buscar, por exemplo, “cópia integral de Inquérito Policial perante o 3º Distrito Policial, pertinente aos depoimentos de policiais que fizeram a escuta telefônica no Palácio e indícios de escuta no Tribunal de Contas (órgão auxiliar desse Poder e Tribunal de Justiça do Paraná”; “Fitas em poder da CPI referida e do seu Presidente Deputado Tony Garcia” cuja existência o ilustre denunciante infere de notícia de jornal (fl. 09) ou “Cópia do Relatório de depoimentos pertinentes da CPI dos Precatórios e Títulos Públicos, do Senado Federal (Relator Senador Roberto Requião);”.

Ora, ao optar por essa via instrutória, o ilustre denunciante vai ao extremo de transformar a Assembléia Legislativa em coletora das provas, por ele não buscadas

pelas vias ordinárias, a fim de, equidistante, aguardar que lhe instrua a denúncia. E, isso, com provas existentes ao seu alcance, como de resto ao alcance de todos. Inversamente, esta Casa, presa aos condicionamentos institucionais, obviamente não age sempre, e em especial nesta espécie, com a desenvoltura e informalismo, característico do cidadão.

Positivamente, bem diverso do entendimento adotado pelo ilustre denunciante, é o espírito da norma contida no art. 76 da Lei nº 1.079/50, tanto quanto o é aquele insito na norma do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 1.533/51.

Esta lei de regência do mandado de segurança concede, ao juiz, a prerrogativa de ordenar a exibição de documento necessário à prova do alegado pelo impetrante, se e quando a autoridade pública opuser recusa em fornecê-lo por certidão.

Idêntica providência facultam ao juiz, o art. 1º, §§4º a 7º, da Lei 4.717/65 (regula a ação popular) e o art. 7º, § 2º, da Lei 7.347/85 (disciplina a ação civil pública), sempre que a autoridade responsável pelos documentos públicos negar certidão ou informação àquele que objetiva questionar ato da administração. A recusa expressa, ou as manobras protelatórias, visando a não concessão, devem ser cabalmente demonstradas.

De outra parte, e este erige-se como obstáculo intransponível pelo ilustre denunciante, a Assembléia Legislativa, ou a respectiva comissão especial de que trata o art. 19 da Lei nº 1079/50, carecem do poder, inerente à magistratura togada, de requisitar documentos, a pedido da parte, no curso do processo, ou do Ministério Público, *ex vi* do art., 129, VI, da Carta Magna Excepcionalmente, a Constituição Federal - art. 58, § 3º - porque emanada da constituinte soberana, emprestou, às comissões parlamentares das Casas do Congresso Nacional, os poderes de investigação próprios da autoridade judicial (não o poder geral de cautela). A sublinhada exceção à regra do monopólio judicante pelo Poder Judiciário, afasta qualquer pretensão exercício, pela Assembléia Legislativa, de atribuições exclusivas de autoridade judicial.

4. Outrossim, o art. 75, da Lei nº 1079/50, ao permitir a todo cidadão formalizar denúncia contra o governador, perante a Assembléia Legislativa, por crime de responsabilidade, pressupõe que o denunciante goze de plena cidadania ativa.

Esta com efeito, se consubstancia no título de eleitor, cancelado pela Justiça Eleitoral, por ocasião do último pleito.

Tanto é assim que a lei nº 4.717,65 (regula a ação popular), legitimando qualquer cidadão para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos administrativos erige o título de eleitoral ou documentos equivalente - art. 1º, § 3º, como prova da cidadania.

Conclui-se daí que, se a lei exige a apresentação do seu título eleitoral para o cidadão intentar a desconstituição judicial de ato praticado por agente político, não se há de dispensá-lo para desconstituir a investidura do pró-

prio agente político. Esta medida, produzindo resultado político-institucional de vulto infinitamente maior do que aquela, com maior razão, deve ser privativa de quem comprove estar integrado na fonte originária do poder estatal (art. 14, CF).

Está, pois, implícita na legitimação conferida ao cidadão, outorgada pelo art. 75, da Lei nº 1079/50, o ônus da prova da cidadania (título eleitoral), o qual, igualmente, não acompanha a peça acusatória.

5. Limitado ao âmbito da regularidade formal da denúncia, em cuja análise constatei graves deficiências, ao seu tempo e lugar identificadas aptas a inviabilizarem o seu regular trâmite nesta Assembléia Legislativa e, conseqüentemente por não reunir as condições mínimas de procedibilidade, traçadas na Lei nº 1079/50, indefiro a presente petição de denúncia.

6. Dê-se ciência ao ilustre denunciante.

7. À Diretoria Legislativa - **Publique-se.** À Diretoria Administrativa - **Arquive-se.**

Em 16.05.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

---

### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2001

(segunda-feira)

---

Presidência do senhor deputado Élio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Eli Ghellere e Marcos Isfer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kiesel, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho,

Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagem:

MENSAGEM Nº 016/2001

Curitiba, 09 de maio de 2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva retribuir os créditos tributários relativos ao Imposto sobre a propriedade de veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2000, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

O plano de lei ora proposto é oportuno e necessário tendo em vista que beneficia boa parcela de pequenos contribuintes do tributo e atende aos interesses do Estado, porque os valores que seriam recolhidos, caso não retribuídos, não cobririam os custos operacionais da cobrança, estando a medida, em plena conformidade com o disposto no artigo. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. Em anexo tabela de custos para cobrança do tributo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

### IPVA - DÍVIDA ATIVA CUSTOS

Área	Descrição	Valor Unitário
CELEPAR	Desenvolvimento de rotinas: 1.430 x R\$130,00/hora	0,13
SEFA/CRE	Manutenção de informação: R\$144,00/milheiro	0,14
	Inscrição em Dívida Ativa; R\$589,66/milheiro	0,58
	Emissão de certidão: R\$1.010,70/milheiro	1,01
	Cartas preliminares: R\$500,00/milheiro	0,50
	Correio-carta: R\$0,58/unidade	0,58
	Emissão de notificação: R\$685,21/milheiro	0,68
	Baixa da Dívida Ativa: R\$724,32/milheiro	0,72
	Correio-Notificação: R\$3,38/unidade	3,38
	Publicação-Diário Oficial: R\$5,50/cm linear (1contribuinte=2 linhas=1cm)	11,00
	Custo SEFA/Celepar	18,72
Procuradoria Geral do Estado	Custo PGE (SPI N.4.452.059-1)	36,61
	Custo Total por Débito	55,33

SEFA/CRE  
IGA/SIPVA

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam retribuídos os créditos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2000, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

§ 1º - Fica autorizada a Coordenação da receita do Estado a cancelar os créditos tributários retribuídos na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

## Ofício:

OFÍCIO Nº 088/2001

Senhor presidente.

Pelo presente solicito os bons préstimos de Vossa Excelência, no sentido de que esta Casa de Leis forneça aos palestrantes e mediadores do “I Seminário Estadual sobre Oportunidades de Negócios em Seqüestro de CO2 e Benefícios Sócio-Ambientais” com 2 passagens aéreas Rio de Janeiro/Curitiba/Rio de Janeiro, para os representantes do Banco Mundial e BNDES, sediados naquela cidade, 3 passagens aéreas São Paulo/Curitiba/São Paulo, para a Senhora Miriam Dualib, do Instituto ECOAR, Professor Doutor Carlos Clementi Cerri - CENA - USP e Professor Fakhoury, para os dias 03 e 04 de junho do corrente, bem como 5 diárias em hotel, para hospedagem dos mesmos.

Vale salientar que o referido seminário acontecerá no plenarinho desta Casa, no dia 04 de junho e contará com a presença de inúmeras autoridades federais, estaduais, municipais, associações de classe, sociedade organizada, imprensa, entre outros.

Sendo o que se apresenta para o momento e certo de contar com seu costumeiro apoio, antecipadamente agradeço e reitero votos de estima e consideração.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

## Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 70/2001, de minha autoria, que cria o Núcleo Regional de Educação no Município de Ibaíti.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1436

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 92/2001, de minha autoria, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1444

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 188/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, parte de terreno, para construção da Casa da Cultura.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

REQUERIMENTO Nº 1445

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 189/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, o terreno da Unidade Sanitária, para construção de um Centro de Saúde.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 381/2000, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio-moradia para os servidores públicos integrantes dos Quadros das Polícias Cíveis e Militar do Estado, que ganhem até R\$2.500,00 bem como auxílio de transporte.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 070/2001, que visa criar o Núcleo Regional de Educação de Ibaíti.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1486

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 195/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 016/2001, que dispõe sobre a remissão de créditos lançados até 31/12/2000, valor menor ou igual de R\$55,00 do IPVA.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 1487

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 178/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 015/2001, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Segurança Pública - Funseg.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 1482

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, respeitosamente, REQUER a realização de Sessão Especial em homenagem póstuma à Senhora Ginetta Calliari, em 28/06/2001 - Quinta-feira, às 15h00.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

## JUSTIFICATIVA:

Nascida em Trento (Itália), em 15 de outubro de 1918, a senhora Ginetta Calliari faleceu em 08 de março de 2001, deixando atrás de si uma vida riquíssima de frutos e obras; um verdadeiro exemplo luminoso.

Em 1944 conheceu Chiara Lubich, fundadora e presidente do Movimento dos Focolares e tornou-se uma de suas primeiras companheiras.

Em meio à Segunda Guerra Mundial, Chiara descobriu no Evangelho os valores que podem dar sentido à vida humana, em todas as situações. É a descoberta do amor evangélico, uma realidade capaz de desarmar os corações de ódio, do rancor e de preconceitos, suscitando a reciprocidade segundo o Mandamento de Jesus: "Amai-vos uns aos outros como eu vos amei". Foi o início do caminho da unidade, que gera a paz e realiza a fraternidade universal!

Em novembro de 59 Ginetta desembarcou, junto com outras três focolarinas e quatro focolarinos, no porto de Recife. Eles iniciaram, no Brasil, os dois primeiros centros do Movimento Focolar para além das fronteiras européias. O Movimento conta hoje com 250 mil pessoas no território nacional.

Após permanência breve no Nordeste, Ginetta foi para São Paulo e, em seguida, para Vargem Grande Paulista, de onde, durante cerca de 30 anos, acompanhou pessoalmente a fundação de outros centros de irradiação do Movimento.

Hoje a Mariápolis Araceli, fundada por Ginetta, é a sede nacional do Movimento dos Focolares. Nela encontram-se os mais variados semblantes e sotaques: os seus 450 habitantes provêm de todo o Brasil e de alguns lugares do mundo.

Em total sintonia de sentimentos como Chiara Lubich, Ginetta vibrou com a fundação contínua de novos setores do Movimento, realizando trabalho admirável de fraternidade e amor ao próximo, cujos resulta-

dos, no campo social, trouxeram imensos benefícios à população carente de nosso país.

A Senhora Ginetta Calliari era, sem dúvida, digna representante do Movimento Focolar e presenteou-nos com conceitos essenciais para o mundo atual, ensinando-nos a importância da unidade como um sinal dos tempos.

Por ter levado a mensagem do Movimento dos Focolares a todo território nacional através de seu trabalho, vivendo intensamente o ideal de tornar a humanidade uma grande família, é que proponho Sessão Especial em homenagem póstuma à Senhora Ginetta, e solicito ao Plenário a aprovação do presente requerimento.

## REQUERIMENTO Nº 1488

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a convocação do Secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares, para prestar esclarecimentos a esta Casa de Leis, sobre o movimento de greve organizado pelas mulheres de Policiais Militares no Estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NEREU MOURA

## REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o duto Plenário, em regime de urgência, respeitosamente REQUER, providências ao Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que conste do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração dos Combustíveis e Sonegação de Impostos, o encaminhamento da relação das empresas autuadas por adulteração de combustíveis e cargas apreendidas, ao Ministério Público do Paraná e à Receita Federal, para quebra de sigilos bancários e fiscais, bem como demais providências cabíveis.

Justifica-se tal solicitação para que os trabalhos da CPI dos combustíveis possa efetivamente produzir um resultado positivo, com a punição das empresas autuadas, coibindo-se tais crimes em nossa sociedade, e conseqüentemente beneficiando sempre o consumidor, que é o cidadão paranaense, por nós representados nesta Casa Legislativa.

Termos em que pede deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 21.05.2001

(a) EDSON STRAPASSON

## REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar à família do

senhor Sebastião Balbino A. Silva, falecido no último dia 16 de maio, município de Indianópolis.

Sala das Sessões, em 21.05.2001

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da senhora Oclaide Fernandes Moreshi, falecida no último dia 20 de maio, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 21.05.2001

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar aos familiares da senhora Almerinda de Oliveira Alves, falecida em 16.05.2001, na cidade de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A senhora Almerinda de Oliveira Alves, deixa 4 filhos, 2 noras, 2 genros e 14 netos.

A extinta era mãe do vereador José Roberto de Oliveira Alves, da Câmara Municipal de São José dos Pinhais.

Solicitamos outrossim, da ciência desta homenagem ao mesmo no seguinte endereço: Câmara Municipal de Vereadores, Praça 08 de Janeiro, 120 - Centro- São José dos Pinhais- CEP 83.005-110.

#### REQUERIMENTO Nº 1474

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da senhora Ana México Martins, ocorrido no dia 14 de maio nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seus familiares através de seu filho, Dalmir México Martins, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Monte Castelo, nº 950 - Tarumã - CP 82.530-200 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1443

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da ses-

são de hoje, votos de congratulações ao dia do patrono da Polícia Militar do Paraná, Cel PM Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, ser comemorado no dia 17 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao comandante da Polícia Militar do Paraná, Cel. QOPM, Gilberto Foltran, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Mal. Floriano Peixoto, 1401 - Bairro Rebouças - CEP 80-230-110 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1448

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações e aplausos à diretora Sueli Goiz da Silva, da Escola Anibal Lopes, pelo primeiro lugar no Paraná, de Gestão Escolar.

Requer ainda, que desta decisão, seja remetido o respectivo diploma à diretora Sueli Goiz da Silva, na Escola Estadual Anibal Lopes, Rua Siriema, 234, Bairro Jardim Floresta, Cascavel, Paraná, CEP 85-814-560.

Sala das Sessões, em 21.05.2001

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Anibal Lopes, localizada no município de Cascavel, recebeu recentemente o prêmio de primeiro lugar no Paraná na Gestão Escolar.

O prêmio é dado pela Secretaria de Estado da Educação e contempla aquelas escolas que tenham um baixo índice de repetência, ensino de boa qualidade e projetos desenvolvidos junto ao corpo discente, docente e com a comunidade.

A Escola Anibal Lopes apresentou os melhores índices dentro dos critérios para a escolha de melhor escola em gestão escolar e por esta razão mereceu este importante prêmio.

Diante do exposto, solicito o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem à Escola Anibal Lopes, através da sua diretora, Sueli Goiz da Silva, e também toda comunidade discente e docente da escola, bem como à Comunidade do Jardim Floresta.

#### REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação pela passagem dos 11 anos de emancipação política de Virmond na data de 17 de maio de 2001.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Virmond é parte integrante da história e cultura do Paraná. Trata-se de um município que conquistou seu

espaço, ultrapassou seus limites, expandiu fronteiras e cresceu.

Como deputado estadual, tenho sentido muito orgulho de poder nesta Casa de Leis representar e trabalhar em prol desse povo, que hoje reverencia o horizonte em direção a um futuro de progresso e paz.

É uma satisfação e um grande orgulho deste parlamentar poder participar da passagem de seus 11 anos de história.

#### REQUERIMENTO Nº 1457

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação ao jornal O Paraná, alusivo à comemoração dos 25 anos de circulação do jornal.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Presidente Senhor André Heitor Costi e a todos os funcionários através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Pernambuco, 1600, CEP 85801-010, Cascavel-Paraná.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Organização Educacional Tuiuti pela passagem do seu 43º aniversário de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Magnífico Reitor, professor Sydnei Lima Santos, para que receba e transmita esta homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a todos os diretores, professores e colaboradores.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Não encontramos termos que traduzam, plenamente, as emoções que invadem a alma para festejar a passagem do 43º aniversário de fundação da Universidade Tuiuti.

O fundador, Professor Sydnei Lima Santos, tem sido, com seu coração sempre cheio de ternura e de compreensão, não poupando sacrifícios nem pesando esforços para conduzir a instituição na senda da virtude e do dever, o grande mestre.

As luzes do seu espírito culto, unido ao calor do coração bondoso, pois, energia, bondade e trabalho foram sempre as grandes qualidades que deram e estão dando provas durante todos esses anos com um árduo trabalho.

“Alexandre Magno disse dever mais a Aristóteles, seu mestre do que a Felipe, seu pai, este lhe dera o pão

que nutre o corpo, aquele dera o alimento que nutre o espírito”.

Não temos autoridade para fazer a mesma afirmação. Aachamos entretanto, que o mestre Sydnei Lima Santos, merece lugar no coração de todos os milhares de alunos que por ali passaram e passam com o pão do saber e da verdade.

Que Deus recompense com seu manto sagrado professor Lima Santos e todos os seus familiares, são os desejos sinceros deste Parlamentar.

#### REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulação à Fundação Força Trabalhista do Paraná - Fotrapar, e à União das Associações de Empregados da Cidade Industrial de Curitiba - Unaecic, alusivo à inauguração de sua nova sede, que acontece dia 28 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência à diretora da Fotrapar, Senhora Luzia Favetta, e ao presidente da Unaecic, Professor Walter César, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Luiz Dell Gobbo, 54 - Capão Raso - CEP 81130-390, Curitiba - Paraná

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratuação ao Sindicato dos Zootecnistas do Estado do Paraná, alusivos ao dia do Zootecnista, comemorado no dia 13 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seu presidente senhor Carlos Frederico Grubhofer, a ser encaminhada, à Rua Brasília Itiberê, 356 - Jardim Botânico - CEP 80210-060, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Itaipu Binacional, pela comemoração de seus 27 anos.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Itaipu Binacional comemora hoje seus 27 anos de existência. Foi criada em 17 de maio de 1974, como resultado do trabalho assinado pelo Brasil e pelo Paraguai em abril de 1973 com o objetivo de aproveitar o



potencial hidráulico do Rio Paraná, no trecho entre Sete Quedas e a foz do Rio Iguaçu.

O reservatório da usina, o lago de Itaipu foi formado em outubro de 1982. A primeira unidade geradora entrou em operação no dia 05 de maio de 1984. A 18ª Unidade passou a produzir energia em 06 de maio de 1991. Em dezembro de 1995, a revista popular *Mechanics*, dos Estados Unidos, inclui Itaipu entre elas as “sete maravilhas do mundo moderno”, com base em uma pesquisa feita pela sociedade Americana de Engenheiros Civis.

Hoje, Itaipu é também uma das atrações turísticas mais importantes do Brasil. Desde 1977, quando foi aberta a visitação pública, a usina já recebeu mais de 11 milhões de turistas, a maioria pelo lado brasileiro.

A hidrelétrica tem ainda uma grande preocupação com o meio ambiente. Foi a primeira a dotar a educação ambiental como um objetivo permanente. Construiu em 1987, um museu inédito no setor elétrico brasileiro, o Ecomuseu, com exposições fixas e temporárias sobre temas de interesse ambiental e cultural, que atrai cerca de 3 mil visitantes todos os meses. Ainda, o monitoramento da qualidade da água é permanente, assim como as ações para mantê-la em boas condições de uso.

A Itaipu é um patrimônio dos mais importantes do nosso País e do nosso Estado - temos orgulho em tê-la dentro do nosso território. Pela comemoração de seus gloriosos 27 anos, receba a Itaipu Binacional (Avenida Tancredo Neves, 6702 - 85.855-000 - Foz do Iguaçu-PR) - os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1479

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Leão Júnior, por ter recebido o Prêmio Top Of Mind” do Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A empresa Leão Júnior está comemorando mais uma grande vitória. Está recebendo 2 troféus Top Of Mind do Estado de Minas Gerais. Um dos prêmios destina-se à categoria “Excelência” e o outro destina-se à categoria “Especial”.

Em uma pesquisa realizada entre os dias 20 de novembro e 18 de dezembro do ano passado, das 1200 entrevistas domiciliares em todo o Estado de Minas Gerais, 94,7% do total, citou o Leão como a primeira marca lembrada pelos consumidores. Esta é a primeira vez que este segmento foi pesquisado para efeito da premiação Top Of Mind daquele Estado.

Assim como em Belo Horizonte a Leão Júnior é o Top Of Mind em várias outras capitais do País. Por meio de pesquisas feitas em diferentes regiões do País, a Matte

Leão foi a marca mais citada entre todas as pesquisadas, junto a milhares de lares brasileiros.

A Top Of Mind tem como objetivo principal o grau de lembrança dos consumidores quanto às marcas existentes no mercado. Os resultados da pesquisa oferecem indícios significativos da presença de uma marca, produto ou serviço em relação à sociedade. Este ano em Minas Gerais, estão sendo premiados 151 vencedores, distribuídos em 04 categorias, seis empresas na categoria Especial, 28 na de Excelência, 77 na de Liderança e 40 na de Expressão, sendo que a Leão Júnior AS recebeu 2 premiações.

Pela merecida premiação, receba a empresa Leão Júnior, através de seu Presidente, Ivo Leão Júnior (Avenida Presidente Getúlio Vargas, 253 - CTBA-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1483

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela comemoração de seus 31 anos de existência.

Criada em 1970, a Universidade Estadual de Ponta Grossa resultou da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes. Eram elas: A Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Ponta Grossa; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, consolidando-se então como uma das mais importantes instituições de ensino superior paranaenses.

A UEPG conta com mais de 30% de seu efetivo de pós-doutorado em universidades brasileiras e do Exterior.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência aos alunos, professores, e demais funcionários, em nome do Reitor Roberto Frederico Merhy, na Praça Santos Andrade s/nº - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1468

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: votos de aplausos e congratulações, ao Excelentíssimo Senhor Lauro Baran, Prefeito Municipal de Mallet, pela realização da 5ª Kiwifest, transcorrida nos dias 19 e 20 do corrente mês, extensivos aos Senhores José Ataíde da Silva Presidente da Câmara de Vereadores, Antônio Carlos C. Guimarães, José Schuliga, demais autoridades e membros organizadores deste evento.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) CESAR SELEME

**JUSTIFICATIVA:**

O Senhor Lauro Baran, Digníssimo Prefeito Municipal de Mallet, juntamente com seus secretários, vereadores e demais membros organizadores da 5ª Kiwifest, não mediram esforço para a realização deste evento já tradicional naquele município.

A tradicional festa realizada neste final de semana, nos dias 19 e 20 de maio, além dos prefeitos dos municípios vizinhos reuniu várias pessoas de outras cidades, que concorreram e abrilhantaram com suas presenças, o citado evento.

**REQUERIMENTO Nº 1434**

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais pares desta egrégia Casa de leis, para REQUERER, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, ao Excelentíssimo Comandante da Polícia Militar do Paraná, Coronel Gilberto Foltran e Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares, solicitando a implantação em Campo Mourão - PR, de um Pelotão da Polícia Feminina.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NELSON TURECK

**JUSTIFICATIVA:**

Campo Mourão é uma cidade que vem se desenvolvendo com rapidez, trazendo com isso inúmeras vantagens para seus munícipes, que se beneficiam desse progresso no seu cotidiano. Infelizmente, porém, além de vantagens, o progresso traz consigo vários problemas de cunho social, geralmente difíceis de resolver.

Devido a isso, uma experiência que hoje é uma realidade de grande sucesso e que tem dado certo em todas as cidades onde foi implantada é a Polícia Feminina. Esse atendimento beneficiará muito a população de Campo Mourão, que há vários anos anseia por tal conquista.

Entendemos ser esta também uma maneira de valorizar as mulheres de toda a região que tenham a potencialidade, a responsabilidade e a disciplina para desempenharem importante tarefa.

**REQUERIMENTO Nº 1472**

Senhor presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, integrantes da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, ao Governo do Estado envio à Assembléia Legislativa de cópias do convênio e do protocolo de intenções, referentes à importação de três mil megawatts de energia elétrica da Argentina, firmados entre os Governadores Jaime Lerner (do Paraná) e Carlos Eduardo Rovira (de Misiones), com vigência a partir de 2004 durante 20 anos. Em meio ao pânico que toma conta do país, fruto de racionamento de energia elétrica,

o Governador Jaime Lerner (PFL) surpreende o Paraná anunciando, com frases de efeito do tipo apagão é falta de luz na cabeça, a celebração de convênio e protocolo de intenções com o Estado de Misiones, na Argentina, para importação de energia a ser produzida por usina termoeletrica movido a gás ainda em projeção no país vizinho e dependendo de um gasoduto da Bolívia. O Paraná, através da Copel, produz 120% da sua demanda energética. E o governo estadual, ao invés de proteger a estatal da cobiça dos grandes grupos econômicos interessados nos lucros da empresa, encaminha a sua privatização e despreza os esforços e sacrifícios de gerações e governos que, ao longo dos últimos 50 anos, construíram este patrimônio para alavancar o desenvolvimento. De um lado é o governo, na verdade um só governante, eximindo o Paraná de um setor altamente estratégico quando propõe a venda da Copel, e, de outro, é o mesmo governo comprometendo o Estado com convênios e protocolos de intenções a vigorarem quando o governante já será outro.

Por esta razão, os deputados do PDT entendem que a assembléia e o povo paranaense devem conhecer o conteúdo de tais documentos.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(aa) ELI GHELLERE e

LUIZ CARLOS ZUK

**JUSTIFICATIVA:**

Senhor presidente, senhores deputados:

Nosso requerimento justifica-se na medida em que nesse local existem vários estabelecimentos comerciais, além de ser local bastante populoso. Assim sendo, não entendemos a presença física de um posto policial e a ausência de policiais militares para o atendimento prioritário à segurança da população. Para se ter um exemplo da necessidade de que sejam destinados policiais para aquele módulo, vale frisar que na noite de segunda para terça-feira (14 para 15.05.2001), o Auto Posto Portal do Solar, localizado bem próximo do módulo policial citado, foi assaltado, por duas vezes, com os marginais ameaçando de arma em riste e aprisionando em sala do próprio estabelecimento comercial, os funcionários que estavam de serviço naqueles horários. Vale citar também que somente este posto de combustíveis emprega 18 (dezoito) funcionários, que correm risco de vida a cada assalto sofrido, e que mencionado estabelecimento recolhe a título de ICMS aproximadamente R\$80.000,00 (oitenta mil reais) ao mês, o que por si só daria perfeitamente para pagar todas as despesas oriundas da permanência de policiais e equipamentos para o serviço de segurança naquelas imediações. Não temos dúvida de que a presença de uma viatura com alguns policiais naquele local inibiria em muito o acesso de marginais nas imediações, o que seria revertido em segurança para população que ali reside ou que trabalha nos estabelecimentos comerciais naquelas proximidades. Por estes e outros motivos, esperamos especial atenção das autoridades competentes no sentido de resolução do problema existente.

## REQUERIMENTO Nº 1438

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes do Paraná, solicitando a melhoria do trevo de acesso ao município de Vera Cruz do Oeste na BR-277.

Apresentação deste requerimento visa atender à reivindicação da população, haja vista o grande número de acidentes ocorridos no local devido ao grande tráfego de automóveis e pedestres.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ELI GHELLLERE

## REQUERIMENTO Nº 1439

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes do Paraná, solicitando a restauração do trecho que liga a BR-277 ao município de Vera Cruz do Oeste.

A apresentação deste requerimento visa atender à reivindicação da população, haja vista o estado precário em que se encontra este trecho com grande tráfego de automóveis e caminhões, sendo hoje o único meio de escoamento da safra agrícola. A situação deste trecho é motivo de preocupação e se apresenta como um obstáculo para o desenvolvimento da região.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ELI GHELLLERE

## REQUERIMENTO Nº 1440

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes do Paraná, solicitando a restauração do trecho que liga o Município de Diamante do Oeste ao Município de Santa Helena.

Apresentação deste requerimento visa atender à reivindicação da população, haja vista o grande número de acidentes ocorridos no local devido ao grande tráfego de automóveis e caminhões, sendo hoje o único meio de escoamento da safra agrícola. A situação deste trecho é motivo de preocupação e se apresenta como um obstáculo para o desenvolvimento da região.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ELI GHELLLERE

## REQUERIMENTO Nº 1441

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes do Paraná, solicitando a restaura-

ção do trecho que liga o Município de Vera Cruz do Oeste ao Município de Diamante do Oeste.

Apresentação deste requerimento visa atender à reivindicação da população, haja vista o grande número de acidentes ocorridos no local devido ao grande tráfego de automóveis e caminhões, sendo hoje o único meio de escoamento da safra agrícola. A situação deste trecho é motivo de preocupação e se apresenta como um obstáculo para o desenvolvimento da região.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ELI GHELLLERE

## REQUERIMENTO Nº 1442

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes do Paraná, solicitando a restauração do trecho que liga o Município de Vera Cruz do Oeste ao Município de Toledo.

Apresentação deste requerimento visa atender à reivindicação da população, haja vista o grande número de acidentes ocorridos no local devido ao grande tráfego de automóveis e caminhões, sendo hoje o único meio de escoamento da safra agrícola. A situação deste trecho é motivo de preocupação e se apresenta como um obstáculo para o desenvolvimento da região.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ELI GHELLLERE

## REQUERIMENTO Nº 1458

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Administração, solicitando mudança de horário nas repartições públicas estaduais.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Sugere-se a transferência de horário de funcionamento das repartições públicas nas sextas-feiras para o período da manhã.

Ocorre que grande maioria dos que se valem de seus expedientes é procedente do Interior do Estado, destacando-se os senhores prefeitos, vereadores, secretários municipais, agentes da educação e da saúde, dentre outros, que se obrigam a aguardar o período vespertino do último dia da semana, para ultimar os seus compromissos, o que poderia ser realizado normalmente no primeiro expediente, folgando tempo para a viagem de retorno ou outros afazeres na Capital.

Também os funcionários públicos seriam beneficiados com a mudança proposta, quando teriam aumento o seus fins-de-semana, que seriam melhor aproveitados para a solução de assuntos pessoais, dedicação ao lazer, à própria família.

# REQUERIMENTO Nº 1455

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretario de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando urgência no que se refere à falta de viaturas para a Polícia Civil de Ponta Grossa.

A Polícia Civil de Ponta Grossa encontra-se em situação precária no que se refere à falta de pessoal, materiais de primeira necessidade e viaturas. Infelizmente no que se refere a viaturas, a situação está mais precária ainda, pois foram retiradas de circulação três viaturas e estas ainda não foram substituídas por outras.

A operacionalidade foi sensivelmente afetada, pois não há condições de atender a todos os chamados e ocorrências de Ponta Grossa e região, prejudicando investigações de crimes contra a vida e o patrimônio, além do programa de combate á violência urbana e rural.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

# REQUERIMENTO Nº 1454

Senhor presidente.

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador Jaime Lerner, conforme segue:

Diante da gravidade da situação em que se encontra a Polícia Militar do Estado do Paraná, cujas reivindicações salariais se justificam, e que a este respeito se manifestam;

Entendendo que o problema da instituição policial militar é uma questão que atinge a segurança pública do nosso Estado;

Diante do movimento das esposas dos policiais militares, que juntam-se à Corporação para buscar a solução destes conflitos;

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não aceita e repudia qualquer processo punitivo para a solução de conflitos salariais, entendendo ser esta uma reivindicação de direito de todos os trabalhadores.

Solidarizamo-nos com o movimento deste pleito legítimo em busca de justiça salarial e solicitamos ao Governador do Estado do Paraná que não adote medidas punitivas e conduza a negociação com a Polícia Militar como um processo democrático.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(aa) CUSTÓDIO DA SILVA, CHICO NOROESTE, LUIZ ACCORSI, IRINEU COLOMBO, TONY GARCIA, NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, ÂNGELO VANHONI, WALDYR PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, ADEMIR BIER, ELI GHELLERE, ALGACI TULIO, RENATO GAÚCHO, MARCOS ISFER, EDSON STRAPASSON, RICARDO MAIA, ANTONIO

BARATTER, LUCIANA RAFAGNIN, MOYSÉS LEÔNIDAS e NEIVO BERALDIN.

# REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fany Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a construção da Associação para os Deficientes Físicos de Umuarama.

A Associação dos Deficientes Físicos é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e que atende uma média de 87 deficientes da cidade. A proposta para a construção da sede, pretende os deficientes físicos para que tenham um local apropriado onde possam desenvolver as atividades específicas de acordo com a necessidade de cada um.

Assim solicitamos dessa pasta a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$69.000,00 (sessenta e nove mil reais), para a execução de uma obra de 270m de área construída. A associação já tem o terreno que é localizado no Parque Primeiro de Maio, em Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaca, Perfeito Municipal (Avenida Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal; Vereador Cícero Laurentino e Vereador Luiz Fernando de Melo Costa (Avenida Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

# REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Alto Piquiri, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Policias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Valter Richter, Prefeito Municipal (Rua Santos Dumont, 315) e a Vereadora Maria Ines Silva Gomes,

Presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 317) CEP 87580-000.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1451

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Douradina, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal (Avenida Rio Branco, 470) e o Vereador José Donizeth Martin, Presidente da Câmara Municipal (Avenida Rio Branco, 320) CEP 87485-000.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Esperança Nova, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Tarciso Sales Medeiros Maia, Prefeito Municipal (Rua Duque de Caxias, 400) e ao Vereador Claudemir

Barbieri, Presidente da Câmara Municipal (Rua Duque de Caxias, 401) CEP 87545-000.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Guaporema, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Gilberto Cartilhione, Prefeito Municipal (Prefeitura Municipal de Guaporema) CEP 87810-000.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Icaráima, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Paulo Vales Zampieri, Prefeito Municipal (Rua Hermes Visoto, 810) e ao Vereador José Pedro da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Rua Hermes Visoto, 810) CEP 87530-000.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Indianópolis, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José L. Binder, Prefeito Municipal (Prefeitura Municipal) CEP 87810-000.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, do Governo do Paraná, reforçando manifesto recebido do Iguassu Convention & Visitors Bureau, que externa preocupação com o avanço da criminalidade na Cidade de Foz do Iguaçu, com pedido de providências em relação ao assunto.

Em manifesto emitido no dia 18 de maio, subscrito por seu Presidente Marcelo Valente, o Iguassu Convention & Visitors Bureau, alerta para a repercussão que os problemas com tráfico e violência vem ganhando na chamada grande imprensa nacional. “Esses fatos negativos não são prejudiciais apenas para a imagem das instituições brasileiras, que não conseguem atuar com a grandeza do que representa Foz do Iguaçu para o Brasil. Com mais de 90 empresas associadas, o Iguassu Convention & Visitors Bureau sente-se respaldado para vir a público e solicitar das autoridades envolvidas no controle do tráfico e da violência da cidade, maior rigor em sua ação, inclusive definindo competências de atuação principalmente na Ponte da Amizade que liga o Brasil ao Paraguai, a fim de fazer de Foz do Iguaçu um município seguro e ético para seus moradores e para os milhares de turistas que aqui chegam todos os anos”, reclama a respeitável organização empresarial.

“Só assim poderemos trazer mais e mais visitantes à cidade, fazendo crescer a atividade econômica de Foz do Iguaçu, gerando empregos e trazendo divisas para o País. Precisamos mudar as manchetes que

grandes jornais e revistas publicam a respeito de nossa cidade. Temos que sair das páginas policiais o mais rápido possível, sob pena se afugentarmos turistas e até pessoas que vieram para Foz para trabalhar honestamente e vislumbrar um futuro melhor para suas famílias”, finaliza o Iguassu Convention & Visitors Bureau.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ELI GHELLERE

## REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, em regime de urgência, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ingo Henrique Hübert, Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, solicitando relatório dos 340 Autos de Infração lavrados através da Sefa, conforme consta no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração dos Combustíveis e Sonegação de Impostos desta Assembléia Legislativa, detalhando as referidas empresas autuadas por sonegação fiscal, valores específicos de multas e juros, bem como cópias das guias de recolhimento de ICMS ao Fisco Estadual, devidamente autenticadas mecanicamente que comprovem o devido pagamento.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa possa ter conhecimento dos recolhimentos efetivamente realizados, dos impostos devidos ao Fisco Estadual, constatados através das auditorias realizadas pela Sefa, conforme consta no relatório final da CPI dos Combustíveis.

Termos em que pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

## REQUERIMENTO Nº 1481

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson Justus, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando recapeamento do trecho da rodovia que liga o município de Tamarana ao Distrito de Lerroville, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A péssima conservação desta rodovia e o avançado estado de deterioração do leito da pista vêm causando graves acidentes.

Por entender ser mais justa esta reivindicação, é que solicito ao Plenário a aprovação do presente requerimento.

## REQUERIMENTO Nº 1484

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Armando Raggio, solicitando informações sobre o critério de distribuição de medicamentos através do Consórcio Paraná Saúde.

Os números divulgados na imprensa do que foi destinado ao Município de Ponta Grossa, podem ser questionados.

Num dos maiores pólos regionais do Estado do Paraná, convergindo a ele todos aqueles que procuram e necessitam da Saúde Pública, cidadãos da própria região e de muitas outras do Estado, a Regional de Saúde fica sobrecarregada e incapaz de atender à demanda de remédios.

Demanda essa que demonstra que o município precisa de maior atenção na área da Saúde Pública e uma equidade na distribuição de medicamentos, coerente com a necessidade do povo que só tem a mesma a recorrer no que diz respeito à sua saúde e bem-estar físico.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 1491

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, no sentido de atender o pedido da Senhora Hilda Sztiko, residente na Avenida Carvalho, 101 - Vila Pátria Minha, que pede providências quanto à lâmpada do poste sito em frente à sua residência que há dois meses encontra-se acesa ininterruptamente.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 627-4264.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1492

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Rosélia Terezinha de Oliveira, residente na Rua da Flor, 06 - Jardim Monte Santo, que pede uma solução definitiva para o vazamento do esgoto (fossa) da Escola Municipal Lourenço Ângelo Busato, sito à Rua São Bento - Bairro Monte Santo, que está invadindo a sua residência.

O problema lhe tem causado uma série de transtornos e pede que não seja somente enviado um caminhão para esvaziamento da fossa, mas que seja implantada uma rede de esgoto ou outra solução. Além de sua resi-

dência, a rua também encontra-se cheia dos detritos do esgoto, causando transtornos a toda comunidade, além do perigo de contaminação de doenças.

Pede ainda, o recolhimento da terra oriunda do desmoronamento ocorrido ao lado da Creche Municipal que localiza-se na mesma rua da escola. Tal pedido já foi feito antes do mês de outubro do ano passado e até a presente data não foi atendido. É necessário uma máquina para retirá-la do local.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-2853.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido da Senhora Luzia Aparecida Tekes, residente à Rua Francisco Alves Ribeiro Filho, 03 - Bairro Cajuru, que pede policiamento ostensivo na rua em que reside e em todo o bairro, tendo em vista que sua residência foi assaltada. A insegurança no local é muito grande e os moradores encontram-se apavorados com essa situação.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 226-1588.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1494

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido da Senhora Eunice de Souza, residente na Rua Astor Toniolo, 174 - Jardim Pinheiros, Bairro Santa Felicidade, que pede policiamento ostensivo no trajeto do Shopping Mueller até a Travessa Nestor de Castro - Centro, tendo em vista que seu filho, que trabalha no Shopping já foi assaltado quatro vezes.

Trata-se de um trajeto perigoso, onde ocorrem muitos assaltos, necessitando urgentemente de tal policiamento.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1495

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido do Senhor Carlos Nascimento, residente à Rua

Domingos Cavalli, 59 - Jardim Carvalho, que pede maior atenção por parte da municipalidade nesse bairro. As ruas encontram-se intransitáveis, as valetas a céu aberto são inúmeras, além do mato alto, tanto nas laterais das ruas e valetas. O Senhor Carlos afirma que o bairro encontra-se completamente abandonado e necessita de benfeitorias urgentes.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 621-4081.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Rafael Iatauro, Mui Digno Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando que forneça dados relativos ao Canal da Barragem situado no Município do Foz do Iguaçu, conforme questões a seguir:

01. Em que pé se encontra a investigação realizada por este egrégio Tribunal de Contas, sobre o Canal da Barragem em Foz do Iguaçu?

02. O Tribunal de Contas encaminhou o processo relativo ao Canal da Barragem ao Ministério Público, ou o mesmo ainda encontra-se em posse desse Tribunal?

03. Qual o montante de recursos financeiros gastos até agora no Canal da Barragem de Foz do Iguaçu?

04. Foram aplicadas multas ao ex-Secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura? Se aplicadas, quais os valores das mesmas?

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Os gastos exorbitantes ocorridos durante o processo de construção do Canal da Barragem em Foz do Iguaçu passam de R\$11.000.000, gastos estes considerados altíssimos, se partirmos do fato de que atualmente este canal não passa de um criatório de peixes, abandonado e coberto pelo mato.

Por este fato estamos solicitando junto ao Tribunal de Contas do Estado as informações contidas no presente requerimento, para esclarecimentos dos fatos que envolvem esse processo, e que não pode ser tratado pelos atuais governantes de forma simplista e irresponsável, até mesmo pela vultosa soma envolvida.

#### REQUERIMENTO Nº 1471

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Casa, do artigo Racionamento, Crise e Privatização, de autoria dos jornalistas

João Felício e Antônio Carlos Spis, publicado às fls. A-3 do jornal Folha de São Paulo do dia 16 do corrente.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Luís Frias, Diretor-Presidente do jornal Folha de São Paulo e aos jornalistas João Felício e Antônio Carlos Spis.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Brasil realmente está à beira do caos e às vésperas de jogar toda a população no escuro.

Estamos todos inconformados como cidadãos, pelo fato de a questão energética ter chegado ao ponto em que chegou pela falta de atuação e prevenção das autoridades responsáveis pelo assunto da energia neste País.

O governo deveria ter iniciado há muito tempo uma negociação com os grandes consumidores. Com isso, poderíamos minimizar o racionamento que trará com toda a certeza prejuízos elevados à indústria e ao comércio.

Solicitamos a transcrição nos anais, para constar para a posteridade, o artigo Racionamento, Crise e Privatização, dos jornalistas: João Felício e Antônio Carlos Spis.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 196/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

Com os estatutos devidamente registrados sob nº 8933, em data de 05.09.1986 no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Assis Chateaubriand, a entidade vem desenvolvendo seus objetivos, promovendo o idoso bio-psico-socialmente, realizando através de integração atividades sociais, recreativas, esportivas, culturais e ocupacionais, numa verdadeira difusão e civismo e cultura.

Solicitamos aprovação deste projeto de lei, em reconhecimento ao idoso e à Entidade que tão bem vem desenvolvendo suas atividades.

#### PROJETO DE LEI Nº 197/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Esportiva dos Criadores de Curió do Paraná - ACCP, com sede e foro nesta capital.



Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Esportiva dos Criadores de Curió do Paraná, entidade composta com o objetivo de incentivar a criação de curiós com matrizes já nascidas em cativeiro, assim como de outros pássaros silvestres, preservando as espécies já extintas na região da Grande Curitiba e na maioria dos Estados Brasileiros.

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 09 de janeiro de 1973, que realiza, com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 198/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida, em todo o território paranaense, a utilização de aparelhos eletrônicos para a fiscalização e controle de velocidade e do trânsito em vias urbanas e interurbanas, que não sejam aqueles manuseados pelo policiamento especializado municipal, estadual ou federal.

Parágrafo Único - Nessa proibição estão incluídas as multas virtuais, aplicadas através dos chamados radares automáticos que não sejam controlados pelos policiais a que se referem o *caput* deste artigo.

Art. 2º - Fica proibida, também, a terceirização, por parte do Poder Público, do serviço e controle e aplicação de multas a que se refere o artigo, bem como o pagamento de comissão para qualquer empresa pública ou privada, que não sejam os órgãos especializados municipais, estaduais ou federais, previstos pelo Código Nacional de Trânsito.

Art. 3º - A aplicação de multas, pelos policiais a que se refere esta lei, só terão validade se o Boletim de Ocorrência estiver acompanhado da devida ciência por parte do cidadão autuado.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo, deverá ser aplicado aos infratores dos estacionamentos públicos das vias urbanas, ou seja os chamados EstaR.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 21.05.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, no Título II, dos direitos e garantias fundamen-

tais, capítulo I, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Artigo 5º diz, "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, permanecer ou dele sair com seus bens;

Para estarmos com a consciência do dever cumprido, nós parlamentares, temos em primeiro lugar de lutar pelo fiel cumprimento de nossa Carta Magna, cumpri-la e respeitá-la, em defesa dos direitos do cidadão.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, aprovou um texto que cada um em seu idioma, diga: "para que fosse disseminado, mostrado, lido e explicado, principalmente, nas escolas e outras instituições educacionais, sem distinção nenhuma, baseada na situação dos países ou territórios", o direito à liberdade de todos os cidadãos.

No seu preâmbulo, a declaração Universal dos Direitos Humanos, num dos seus considerandos, diz o seguinte: "...ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, com último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão;"

O artigo III da declaração diz: "Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal".

O direito à liberdade é o exercício da cidadania, que necessariamente, implica no efetivo exercício da cidadania.

É através da prática social que se ampliam os espaços onde a liberdade torna-se a expressão de um valor inalienável.

A Constituição Brasileira assegura a todos a condição para o exercício da liberdade, como direito de locomoção (liberdade de ir e vir), de não ser preso a não ser em caso flagrante ou se houver por escrito uma ordem assinada por autoridade competente.

Desta forma, não podemos aceitar a instalação de aparelhos eletrônicos - frios e calculistas - sem o manuseio humano e sem condição alguma de julgar uma situação de emergência ou de risco de vida.

Além do mais, autorizados pelo governo municipal ou estadual, empresas que são contratadas à base de comissão, estão expedindo multas ao bel-prazer, com o objetivo único de auferir lucros.

Também é preceito constitucional, que o Poder Público deve proclamar e assegurar o estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana. Como pode o Estado, que é regido por esta Constituição, ter consciência de dever cumprido, se entrega a fiscalização e o controle do tráfego urbano e interurbano, dentro do seu território, para empresas que como meros represen-

tantes comerciais têm suas vistas voltadas exclusivamente para a arrecadação e para o lucro.

Devemos considerar ainda, que muitos condutores e veículos, são autuados em locais que nunca passaram ou circularam, ou seja, suas placas são anotadas e posteriormente recebem autuações forjadas em locais pelos quais jamais circularam.

Além disso, esse sistema fotografa pessoas dentro de seus veículos, quebrando totalmente o seu sigilo, expondo seus condutores ao constrangimento pessoal.

Sugerimos que o Poder executivo promova a ação do policiamento militar nas ruas e nas estradas, pois, além do controle e fiscalização do trânsito, haverá de resgatar o direito à cidadania dos paranaenses.

A finalidade de nosso projeto de lei não é o de defender a impunidade e nem incentivar a desobediência no trânsito, mas sim, respeitar a individualidade das pessoas e conferindo-lhes o direito de saber as razões pelas quais estão sendo multadas.

Para tanto, pedimos aos nobres pares, a devida aprovação deste projeto, regularizando uma situação irregular e constrangedora por que passa nossa população.

#### PROJETO DE LEI Nº 199/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres não identificados, não reclamados ou doados, através da Secretaria de Estado de Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, para todas as Instituições de Ensino Estadual e Particular de 3º grau, que possuam em seus currículos a disciplina de Anatomia e/ou Pesquisas Científicas em Cadáveres.

Art. 2º - O Poder Executivo designará a composição do Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres que será composto por representantes das instituições de ensino de 3º grau que tenham em seus currículos a disciplina de Anatomia e/ou Pesquisas Científicas em Cadáveres.

§ 1º - Os conselheiros não receberão remuneração pelo encargo, sendo permitido o pagamento das despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

§ 2º - O Conselho será dirigido por 01 (hum) presidente e vice-presidente, escolhidos por seus integrantes, com mandato de 02 (dois) anos, admitida uma recondução.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres terá as seguintes atribuições:

I - divulgar a respeito do tema, informando a população para relevante questão, da necessidade que as instituições de ensino de 3º grau vêm tendo para obter cadáveres para estudos ou pesquisas científicas, noti-

ciando que, as pessoas interessadas possam ceder os seus corpos para tais fins, tendo a doação finalidade de alto alcance científico e humanitário e caráter benemerente;

II - estabelecer mecanismos junto a Tabelionatos da Comarca de Curitiba e interior do estado, para que os doadores (pessoas que comprovadamente estejam em pleno gozo de suas faculdades mentais, assim atestado por duas testemunhas), possam expressar, através de escritura pública, a sua vontade de ceder o corpo "*post-mortem*", às instituições de ensino. A doação também poderá ser efetivada por parentes identificados das pessoas falecidas, a cessão dos corpos apenas se concretizará em casos de morte natural e por acidente, ficando sem efeito a escritura pública de doação quando o óbito resultar de suicídio, ou de homicídio, ou nos casos em que a "*causa mortis*" for obscura, a ensejar a instauração de inquérito policial;

III - com exceção dos cadáveres doados, realizar a distribuição dos cadáveres cedidos ou não reclamados junto às autoridades públicas, no prazo de 30 (trinta) dias, obedecendo o seguinte critério:

a) elaboração de listagem contendo as instituições de ensino de 3º grau que tenham em seus currículos a disciplina de Anatomia e/ou Pesquisas Científicas em Cadáveres;

b) quanto à disponibilidade de corpos, serão distribuídos às referidas instituições alternadamente, obedecendo-se a ordem da listagem que será elaborada, tendo em contra prévio ajuste entre os seus signatários.

c) a instituição contemplada para a utilização dos cadáveres, poderá receber representantes e/ou alunos de outras instituições de ensino para participarem dos estudos; igualmente poderá ceder as instalações da mesma a outras instituições respeitando a ordem da listagem.

d) as instituições de ensino contempladas terão o prazo de 72 (setenta e duas) horas para manifestar por escrito, a condição de acolher o corpo. Caso contrário, será passado para a próxima instituição da sequência da listagem.

IV - estabelecer termo de cooperação entre o Conselho e o Instituto Médico Legal.

Art. 4º - O Instituto Médico Legal incube, após os procedimentos legais que regem a matéria, a disponibilizar ao Conselho os cadáveres não identificados, não reclamados ou doados, para posterior distribuição às instituições de ensino tratadas no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Eventuais gastos e despesas decorrentes de custas de cartório, traslado do corpo e funeral, ficarão a cargo da instituição de ensino que acolher o corpo.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) RICARDO CHAB

**JUSTIFICATIVA:**

O referido projeto tem como objetivo, promover, de forma igualitária a distribuição de cadáveres não identificados, não reclamados ou doados, através da Secretaria de Estado de Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, para todas as Instituições de Ensino Estadual e Particular de 3º grau, que possuam em seus currículos a disciplina de Anatomia e/ou Pesquisas Científicas em Cadáveres, de forma a obedecer uma seqüência de distribuição de estudo para auxiliar seus alunos.

As instituições de ensino devem receber recursos iguais para manter um aprendizado uniforme aos seus alunos.

O estudo anatômico do ser humano é de fundamental importância para a carreira acadêmica e profissional, apenas através dele o aluno poderá adquirir conhecimentos práticos sobre o ser humano e seus órgãos.

Pelas razões acima expostas e pela justiça e legalidade da proposta, esperamos contar com o devido apoio dos pares desta digníssima Casa de Leis.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Finda a leitura do expediente, o senhor presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor Presidente, senhores deputados.

Compareço à tribuna na tarde de hoje para manifestar meu contentamento pela postura adotada pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná, na última sexta-feira, dia 18. Faço isto porque há bastante tempo todos nós parlamentares que somos contrários à venda da Copel temos procurado conquistar perante a sociedade civil organizada, perante as entidades de classe, perante a população do Paraná como um todo, o apoio necessário para que possamos nesta Casa reverter este processo que autorizou a venda das ações da Copel, ou seja, a privatização da Copel.

Toda esta mobilização, senhor presidente, senhores deputados, começou no mês de janeiro quando nós tivemos notícia, não só pela imprensa, mas também por documentos aos quais tivemos acesso, de que o Governo do Estado do Paraná havia de fato e definitivamente deflagrado o processo de venda da Copel.

A partir daquele momento, mesmo estando em recesso parlamentar, dezenas de deputados estaduais se reuniram com entidades; desencadeou-se um processo de articulação e isto tudo culminou no final do mês de fevereiro com a criação do fórum popular contra a venda da Copel. E desde então, entidades e entidades estão sendo visitadas, contactados os meios de comunicação e um dos segmentos ao qual reivindicávamos a participação na luta contra a venda da Copel, a OAB, felizmente na última sexta-feira, num placar que entendemos não ser aquele que gostaríamos que fosse, porque queríamos que a decisão fosse por una-

nimidade, mas não foi. A OAB decidiu manifestar-se contra a venda da Copel por 22 votos a 15. A Plenária da OAB do Paraná, decidiu endereçar correspondência ao Governo do Estado manifestando a posição majoritária dos advogados do Paraná, da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná, contra a venda da Copel. Isto sem sombra de dúvida vem acrescentar, em muito, a esta luta que estamos desenvolvendo, porque sem sombra de dúvida todos nós reconhecemos a sua importância neste processo, até por que muitas das coisas que poderão acontecer ou que deixarão de acontecer daqui para a frente poderão ter envolvimento jurídico, ter a necessidade de um embasamento jurídico, ter a necessidade de uma decisão jurídica.

Por esta razão manifesto na tarde de hoje esta alegria e este contentamento de verificarmos que a cada dia que passa, mais e mais pessoas, mais e mais entidades se somam a nós contra a venda da Copel.

A população do Paraná, mais de 85%, tem se manifestado contrária à venda da Copel.

As entidades de um modo geral, quase que 100% delas, estão se posicionando contra a venda da Copel.

Aqui, na Assembléia já temos declarados, confirmados e assegurados, que pelo menos 24 deputados se posicionam contra a venda da Copel. Esperamos que os deputados que até hoje ainda não se manifestaram contrários à venda da Copel ou mesmo aqueles que já se manifestaram, favoravelmente, que reflitam, analisem e verifiquem o que está acontecendo neste País, onde a questão energética está sendo pautada, como assunto principal da discussão não só no Parlamento, não só nos telejornais, não só nas redações dos jornais, não só nos microfones das rádios, mas em todos os lugares onde se vai, o que se fala hoje é a crise energética que vive o país, é a perspectiva e a possibilidade de um apagão nos próximos dias, é a reflexão em cima de tudo o que está acontecendo, com esse modelo energético, que temos hoje no País.

Senhores deputados que são contra a venda da Copel. Continuemos essa luta, e aos que ainda estão a favor da venda da Copel, faço um apelo: repensem, analisem e façam um exame de consciência, como está fazendo o próprio Presidente da República, Fernando Henrique, que no momento anterior defendia com unhas e dentes a privatização do sistema energético e que hoje, repensando, pensando e agindo melhor, voltou atrás e mudou a sistemática.

Pensem também Vossas Excelências, no que pode ser reservado para nós no futuro, se a Copel for vendida. É hora de refletirmos. É hora de coletarmos as assinaturas no projeto de iniciativa popular. E é hora, ainda, que neste mês de junho quem sabe, ou em agosto, revertermos essa situação hoje presente, que é a venda da Copel.

Vamos mudar isso. A OAB já tomou a sua decisão. Ela também repensou. Ela também está ao lado da maioria do povo do Paraná, contra a venda da Copel.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados. Nós, o deputado Eli Ghellere e eu, do PDT, apresentamos hoje nesta tarde um requerimento a essa Mesa, fazendo com que remeta a esta Casa, Sua Excelência o governador, as cópias do convênio do protocolo de intenções, referentes à importância de três mil megawatts de energia elétrica argentina, firmada entre os Governadores Jaime Lerner, do Paraná e Carlos Eduardo R., de Misiones, da Argentina.

Queremos alertar, senhor presidente, senhores deputados a esta Casa, que esse convênio é firmado por vinte anos, onde Sua Excelência o governo, não tem mais alçada administrativa, para que possa o próximo governador ou os próximos governadores assumirem uma posição meramente política, onde a promoção pessoal e, principalmente, a figura do Governador Jaime Lerner, na projeção nacional, através desse convênio pré-estabelecido com a Argentina.

Queremos também, nesta tarde, apresentar ao Secretário Armando Raggio, a nossa indignação com referência a Ponta Grossa, quando da distribuição, através do Paranasáude, a 89% dos municípios do Paraná, quando vemos que a nossa região numa abrangência não só dos Campos Gerais mas de toda região do Paraná, ali e principalmente do Paraná Velho, não do Paraná Novo, nosso de Londrina, mas a área desde Jacarezinho até Porto Amazonas converge para que Ponta Grossa assista e realmente dê condições de internamento e medicamento às pessoas de pequenos recursos.

O governador através da Secretaria, discrimina uma vez mais, e nós estamos entrando nesta tarde com requerimento para que isso possa ser corrigido.

Também temos, senhor presidente, senhores deputados, uma alerta a Sua Excelência o governador. Nesta Casa e neste Paraná, foi criado um movimento Pró-Paraná, e hoje vemos estampado num dos maiores órgãos de divulgação deste Paraná, que a União continua sacrificando o Paraná na liberação de verbas, não só os três senadores que o governador tanta ataca, mas também os deputados federais que o governador não atende, faz agora um movimento Pró-Paraná, aonde homens que passaram pelo Tribunal de Justiça, pessoas que passaram por esta Casa e que ocuparam cargos no Governo Federal formaram uma Associação aonde o Paraná é colocado acima de partido político, acima de ideologia, mas voltada tão somente para a família paranista.

Queríamos, senhor presidente, senhores deputados, cumprimentar esse movimento que alerta, através de um gráfico, demonstrando que perdemos até para Santa Catarina. O Paraná, além de perder para o Rio Grande do Sul, além de perder para os maiores Estados da Federação perde também para os Estados que são menores em

projeção sócio-econômica e principalmente em contribuição de tributários à Federação.

Acredito que esta Casa, senhor presidente, senhores deputados, deve além de cumprimentar o Movimento Pró-Paraná também dele participar, e fazer com que o paraná seja acordado na pessoa do governador, que parece que anda dormindo, no que concerne principalmente a recursos da esfera federal, porque até hoje não teve habilidade suficiente de colocar de lado as arestas políticas. O governador não teve a clarividência até o dia de hoje de colocar de lado as ideologias, as diferenças políticas partidárias e colocando acima de qualquer razão o Paraná, não teve ele a competência de uma reunião com os três senadores, com a Bancada Federal em Brasília, para somar aquilo que os outros Estados da Nação dão o exemplo a ser seguido e que infelizmente no Paraná está perdido em razão da falta de liderança do Governador Jaime Lerner.

Quero também, senhor presidente, senhores deputados, dizer de que nesta Casa, como já fizemos em diversas ocasiões ocupando esta tribuna, o governador manda a esta Casa uma reforma atinente à Polícia Civil do Paraná, sem consultar investigador, sem consultar escrivães e muito menos delegados de polícia. recebemos da Associação dos Delegados e do Sindicato dos Senhores Servidores da Polícia Civil do Estado, e estamos apelando ao Deputado Algaci Tulio, ao nosso prezado e querido amigo Deputado Ricardo Chab, ao deputado Luiz Carlos Alborghetti, que são homens ligados à Segurança do Estado, para que possamos, juntamente com a liderança do Governo na pessoa do Durval Amaral, fazer inserir naquele projeto original, que não serve a família da Polícia Civil e muito menos à população do Paraná. Se a PM hoje, ontem e na semana passada, faz um movimento querendo acordar o governo que continua dormindo no setor de segurança, quando esposas de policiais militares se apresentam frente aos quartéis, fazem barricadas e acampamentos para chamar a atenção do governador dorminhoco, Jaime Lerner, no setor da Polícia Militar, no dia de amanhã, a família da Polícia Civil também fará o mesmo, porque é o único caminho que resta para nós fazermos com que o governo cumpra a palavra que não possui, mas nós deputados, haveremos de fazer com que esta palavra seja cumprida.

Nesta Casa foi instituída a CPI da Telefonia, CPI - está nas mãos do Deputado Tony Garcia, seu presidente, na pessoa do Algaci Tulio, seu relator o governador não entendeu ainda que, juntamente com o deputado Edno Guimarães e outros senhores deputados credenciados desta Casa, fazem parte desta Comissão e o governador, num sentido de ironia, desprezando não estes deputados, mas desprezando esta Casa, fala que aqui dentro foi armado um circo e nós queremos retribuir ao Governo do Estado e a Sua Excelência, o senhor governador, se existe circo nesta Casa, está faltando aquele que melhor no picadeiro faz brincadeira e ele é convidado para vir a esta Casa, com o colarinho bem folgado para fazer o papel,

daquilo que é a maior atração de um circo, e é o que ele faz como Governador do Estado.

Pode vir, governador. Falta alguém no circo do Tony Garcia, falta alguém no circo do Algaci Tulio e desta Casa, que use colarinho bem folgado e calças ainda, porque o corpo que possui o governador se assemelha muito bem às maiores atrações do circo que se encontra em todo solo paranístico e brasileiro, fazendo a alegria das crianças, fazendo a alegria das famílias e que este faz, infelizmente, a infelicidade da Polícia Militar, da Polícia Civil e de todo o Paraná.

Quero encerrar dizendo que o governador pare de brincadeira, que fale sério quando se refere a esta Casa, porque senão, terá o mesmo tratamento que dá a nós. Se chama esta Casa de circo, de picadeiro, aquele lado de lá do Palácio esperamos para colocar o adjetivo que ele merece e principalmente, toda a população do Paraná recomenda.

Encerro, senhor presidente, com um requerimento que a cópia está em nossas mãos, dos deputados Luiz Carlos Martins, Edno Guimarães e Antonio Carlos Belinati, dirigido ao ilustre Deputado Geraldo Cartário, que se refere ao seu time de futebol, Associação Desportiva Londrinense que infelizmente não tem tido aquela atenção devida por parte do deputado e nos resultados auferidos no Campeonato Paranaense. parece que é o time que Jaime Lerner torce.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Mesa registra a presença da ex-Prefeita de Santa Terezinha de Itaipu, Senhora Ana Calecio.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho hoje à tribuna para, em nome da Liderança do PMDB, contar a esta Casa a jornada democrática que nós do PMDB vivemos, ontem em Curitiba.

Eu, senhor presidente, que sou deputado já no 3º mandato pelo PMDB, aliás, o meu único partido, jamais passei por outro partido, sempre vivenciei no PMDB, desde quando moço militando no movimento estudantil e aí sobrevivi junto com o PMDB os momentos de alegria e também momentos de tristeza.

Foram várias e raras as oportunidades que tive na vida como político e como militante de um partido. E posso dizer a Vossa Excelência que durante todo este período fui um político apaixonado pelo meu partido, o PMDB. E disse: aqui neste período vivenciamos momentos de grande alegria, de grande entusiasmo, de vitórias, de exercício do poder, mas também vivenciamos momentos de tristeza, de derrotas e de absoluto esquecimento.

Foi nesse o caminho que o PMDB do Paraná trilhou, senhor presidente e ontem - dia 20 de maio, realizamos a convenção do nosso partido aqui em Curitiba, para

renovar o Diretório Regional. Foi uma festa bonita, uma festa da democracia parecendo o velho MDB dos tempos da ditadura.

O PMDB das massas populares. O PMDB rebelde. O PMDB das liberdades democráticas. O PMDB alegre. Este foi o PMDB que ontem reelegeu o Senador Requião para o comando do nosso partido. A Executiva do nosso partido ficou mostrando a cara do PMDB do Paraná, mostrando que é um partido com muita vitalidade, um partido presente no seio da comunidade do Paraná, que participa da política do Estado não apenas para combater o Governo, formular a proposta crítica, mas para chegar ao poder para executar as suas linhas de pensamento, senhor presidente.

Elegemos o Senador Requião para ser o comandante do PMDB no Paraná. Elegemos o Caíto Quintana - nosso vice-presidente; o Deputado Federal Gustavo Fruet, o Deputado Orlando Pessuti para juntos, com o Senador Requião assumirem a presidência e a vice-presidência do nosso partido.

Elegemos um ex-procurador geral de Justiça do Paraná - Luiz Carlos Delazari para a secretaria geral. O nosso companheiro e ex-vereador de Curitiba - José Maria Correia para ser o seu secretário adjunto. Um ideólogo e pensador do PMDB um cidadão que leva a vida para o nosso partido, estudando o PMDB, formulando suas raízes de atuação - senhor Milton, na Tesouraria Geral junto com o ex-prefeito de Foz do Iguaçu - Dobrandino Gustavo da Silva. E para completar a Executiva, senhor presidente o Deputado Waldyr Pugliesi, o Deputado Edson Strapasson, o Deputado Ademir Bier e o Deputado Antonio Martins Anibelli.

Esta é a cara do PMDB do Paraná. Um partido popular, que defende a empresa nacional, defende a agricultura familiar, a moralidade e ética no trato da coisa pública.

O PMDB do Paraná, ao longo da sua existência e da sua vida com todos os sobressaltos e tropeços que teve na sua caminhada, conseguiu manter intacta a sua linha mestre, que é a defesa da população. Um partido popular e democrático, que tem no seu bojo, na sua idéia central a democracia e a defesa dos interesses da população.

Senhor presidente, a figura do Senador Roberto Requião é sem sombra de dúvida, de valor fundamental para dar ao PMDB do Paraná uma idéia de que o partido jamais se distanciará dos sentimentos do povo do nosso Estado.

Diferentemente daquela idéia emitida pelas lideranças que hoje, comandam o PMDB, a nível nacional, que infelizmente, mancham o nosso partido com atitudes que desmoralizam qualquer homem público, pela prática da imoralidade, da falcaturia, do uso do bem público em proveito próprio.

Aqui, no Paraná, o PMDB tem outra cara, tem outra fisionomia. E é com esta cara, senhor presidente, senhores deputados com esta fisionomia e com esta ban-

deira que o PMDB ontem se preparou para enfrentar as eleições do ano que vem.

Iremos percorrer o Paraná sim, iremos nas fábricas, nos bairros, nas vilas, percorreremos os carreadores, o interior do nosso Estado com esta bandeira, que o PMDB usa desfraldada, a bandeira da moralidade e da ética, do combate à corrupção e à imoralidade, a bandeira da defesa da empresa pública e da empresa nacional.

Contra o neoliberalismo, o capital estrangeiro que vem, aqui, solavancar o nosso desenvolvimento e o nosso patrimônio. É esta a cara que o PMDB esculpiu e que irá defender neste processo eleitoral, senhor presidente, como tem feito até agora.

Por isso a convenção de ontem foi uma festa maravilhosa, ao povo militante do PMDB. Aliás, o PMDB é um partido rico, diferente, da grande maioria, dos demais partidos que existem, porque o PMDB tem algo que a grande parcela dos partidos não possui, que é a militância. O PMDB tem na sua militância o seu maior patrimônio, a sua maior riqueza, porque em qualquer canto deste Paraná há um militante do nosso partido, tem lá um filiado, alguém que defende o PMDB com unhas e dentes, em qualquer vila, em qualquer carreador, em qualquer água, em qualquer distrito, em qualquer cidade, em qualquer bairro tem lá, senhor presidente, um militante do nosso partido, o militante do velho MDB de guerra, que está lá firme defendendo as cores deste partido que nos orgulha, nos encoraja, nos dá força para continuarmos na vida pública.

Por isso em nome da Liderança do PMDB, quero ao finalizar as nossas palavras, senhor presidente, dizer que ontem a Convenção do PMDB, foi um momento ímpar na vida pública, foi um momento de alegria, de entusiasmo, de festa e de reintegração das propostas que nós sempre defendemos; da moralidade e da ética, de combate absoluto à corrupção, de combate ao desgoverno, de apoio à agricultura, de apoio à empresa nacional, ao pequeno trabalhador.

Enfim, de restabelecimento de um Paraná moderno, de um Paraná que seja efetivamente para os paranaenses e nós deputados tiramos do conjunto dos companheiros do PMDB, na convenção de ontem uma lição gigante que nos entusiasma, e que o povo do Paraná, que o PMDB está sintonizado com os sentimentos do povo do Paraná, esta leitura que nós fizemos este apoio que nós tivemos, esta lição que nós aprendemos com a nossa militância do Paraná inteiro de que nem tudo está perdido, e de que nós devemos sempre combater o bom combate.

Viva o PMDB, viva a nossa militância, viva este partido, que nunca morram as suas idéias, que permaneça sempre firme e vivas no coração do povo do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, senhores deputados.

Ainda vivendo um momento bastante crítico na área de Segurança Pública, é que temos aí, uma paralisação, senão total pelo menos parcial, até hoje pela manhã, da nossa Polícia Militar do Estado do Paraná. E completando hoje 6 dias deste movimento que foi encabeçado pelas mulheres, por familiares de policiais militares esperava-se que o governo acenasse com alguma possibilidade, que não ficasse apenas no aceno feito na semana passada quando pediu, ao invés de oferecer, pediu, não ofereceu nada e 60 dias de trégua. Trégua esta que já vem há dois anos sendo dada pelos componentes da Polícia Militar.

Não vou reprisar aqui o que já dissemos em outros momentos que ocupamos a tribuna, de tantos e tantos protocolos de intenções assinados, e na maioria deles levou embaixo a minha assinatura como avalista. Não vou repetir isto. E espero que não seja necessário mais um protocolo para dizer das intenções do governo que, depois, lamentavelmente não são cumpridas.

No entanto, senhor presidente, senhores deputados depois dos fatos já narrados aqui na semana passada, depois dos acontecimentos que foram provocados também por um oficial que acabou dando voz de prisão para duas mulheres, evidentemente que isto motivou mais ainda o descontentamento não só das mulheres mas de seus familiares também, aí começaram a ocorrer uma sequência de choques, coincidentemente na frente do portão do Pelotão de Choque da Polícia Militar.

Mas parece-me que está se evitando uma possibilidade de um entendimento, e Deus queira que realmente aconteça este entendimento, mas que não seja necessário mais agora um protocolo de intenções do governo, mas quem sabe o compromisso desta Casa, e esta Casa já assinou na semana passada, aqui estão quase todos os parlamentares que assinaram o documento que pedem ao Governo do Estado de que não haja punição aos policiais, cujas esposas, cujas famílias se envolveram neste manifesto, neste protesto.

Confesso que tenho dado todo o apoio, toda a solidariedade, não só como político, e quero aqui registrar que, na última quinta-feira, quando esta Casa acabou não tendo a sua sessão plenária, este parlamentar, Deputado Waldyr Pugliesi, Líder da Oposição nesta Casa, Deputados Nereu Moura, Irineu Colombo, Deputada Luciana Rafagnin, fomos, em nome desta Casa, até a Avenida Iguaçu, em frente ao Batalhão de Choque, nos colocarmos à disposição, para saber o que nós, como políticos, podíamos fazer neste momento de crise que vive a nossa Polícia Militar e a família dos nossos milicianos. Acompanhamos os fatos, vimos a intranquilidade, vimos algumas ações que repudiamos, mas ao mesmo tempo, sentimos que era necessário que esta Casa fizesse realmente, alguma gestão junto ao Governo do Estado, que se transmitisse ao líder do Governo do Estado, que era necessário acenar com alguma coisa e não pedir alguma

coisa. Não pedir sessenta dias de trégua, mas acenar com alguma possibilidade.

Que o governo encaminhe para esta Casa algum projeto de lei, que já termos cobrado aqui anteriormente, quando por exemplo, do último manifesto em que aqui esteve a Polícia Civil e aqui esteve a Polícia Militar. Estavam todos unidos na busca de um ideal comum, que era a melhoria para as duas corporações. Mas, infelizmente as coisas não aconteceram e aí o estopim verificou-se na semana passada.

#### **A Sra. Luciana Rafagnin**

Concede um aparte, deputado?

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Já na seqüência, Deputada Luciana, quando eu passar para o Horário da Liderança, ainda tenho mais um minutinho de prorrogação, dentro do meu horário de cinco minutos.

Temos procurado conversar constantemente, não teve um dia em que deixamos de estar presentes lá no movimento, fisicamente ou através de nossos representantes ou no contato com o Comando da Polícia Militar, com os oficiais, procurando intervir, procurando dar alguma sugestão.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vossa Excelência passa a fazer uso do Horário da Liderança do PTB.

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Muito obrigado, senhor presidente!

Hoje pela manhã houve uma reunião do Comando da Polícia Militar e as esposas dos militares. Parece que a fumacinha branca está saindo, mas está saindo muito mais, por vontade própria talvez, das mulheres, que passam a ter, daqui para frente, uma preocupação, porque há uma ordem judicial e até uma frase, totalmente inaceitável do governador, quando fala: quem não quiser trabalhar na Polícia Militar, que vá embora procurar outro emprego". Acho que não é esse o tipo de resposta que o policial militar queria ouvir e nem nós. Foi totalmente infeliz o governador, quando usou esta frase.

Mas, parece que hoje de manhã já teve um contato, tanto é verdade que o Coronel Comandante, Gilberto Foltran esteve no nosso programa de televisão, na CNT ao meio-dia; havia tido um contato com as esposas de militares e havia se iniciado um processo de entendimento: de encerrar-se o protesto das mulheres, para, evidentemente, o coronel levar ao governador pelo menos as três principais reivindicações que a categoria está pedindo neste momento. Primeiro, que é a extensão da gratificação especial a todos os militares, com a modificação do código de vencimentos da Polícia Militar, transformando e simplificando, que é a gratificação do policial militar, que é um dos principais fatores que têm provocado o descontentamento. É aquele caso que tenho falado aqui, que

tem dois soldados em uma rádio patrulha, um ganha oitocentos e o outro ganha quatrocentos. A segunda seria a modificação do critério de indenização de acidentes com viaturas, com armamentos, com equipamentos de comunicação.

Para quem não sabe, hoje o policial militar, se bater uma viatura, terá que pagar o conserto; se perder a arma, terá que pagar a arma, se quebrar a arma, terá que pagar. De qualquer maneira, sobra tudo nas costas do policial.

Também, modificar e o governo que passe a assumir, porque o governo é dono desse equipamento e o policial não usa esse instrumento para brincadeira, usa para trabalhar. E o terceiro, seria o pagamento de escalas extras aos policiais através de horas extras, de uma diária de campo, como é utilizado dentro da Corporação. Seriam três principais reivindicações, claro que existem outras ainda, mas tenho impressão que se essas três o governo acenar - acenar não, já mandar a sua procuradoria, já mandar o seu departamento jurídico fazer uma mensagem e mandar para esta Casa, não nos furtaremos de, em prazo de regime de urgência, votar esta mensagem do Governo do Estado. Aí acredito que tenhamos uma trégua realmente, das mulheres dos policiais militares, que estão sofrendo, passando uma pressão terrível, como foi hoje pela madrugada, no Quartel da Polícia Militar.

E daqui para frente, saibam, elas começam a sofrer um processo de desgaste natural, porque todo processo, toda greve tem um limite de permanência, três ou quatro dias ainda é suportável, depois já a população começa também a querer se voltar contra esse movimento.

Então, me parece que este é o momento certo, ideal, para que se faça esse entendimento entre o Governo do Estado, o Comando da Polícia Militar e o Comando de Greve das Mulheres, que heróica e valentemente, estão indo à frente dos portões, mostrando a força da mulher, mostrando, acima de tudo, o constrangimento que vivem com seus maridos ganhando salários insuficientes para manter as suas famílias.

Concedo um aparte ao deputado Custódio da Silva.

#### **O Sr. Custódio da Silva**

Nobre Deputado Algaci Tulio, quero parabenizá-lo porque, desde quando começou a mobilização das mulheres, Vossa Excelência tem defendido isso com muita garra, com muita luta, incansável. E dizer ainda, deputado, que também estou fazendo a minha parte. Estamos viabilizando alguns ônibus à noite. Tem senhoras de policiais com crianças e estamos viabilizando cobertores para que essas senhoras continuem a sua luta. Acho uma luta justa, que merece toda a atenção, todo nosso respeito, principalmente o respeito do Governador Jaime Lerner.

Sou um sindicalista, da Força Sindical do Paraná, tenho dado todo esse apoio a essas trabalhadoras que defendem com justiça, o salário dos seus maridos.

E ainda mais, nobre deputado, tenho absoluta certeza que, através do seu grito de alerta aqui nesta Casa, o

Governador Jaime Lerner, toda sua equipe de governo, fará justiça a favor dessas senhoras, esposas dos nossos queridos policiais militares do nosso Estado.

Muito obrigado.

#### O Sr. Algaci Tulio

Obrigado, deputado Custódio, que também tem sido um grande colaborador, desde o primeiro instante. Aliás, é bom deixar bem claro que a Polícia Militar e Polícia Civil nessa Casa não tem cor partidária, todos aqui defendemos a nossa Polícia Militar, a nossa Polícia Civil, cada um no seu ponto de vista, mas todos sempre voltados para o bem-estar da sociedade.

Por isso, todos aqui têm a sua parcela de contribuição neste momento tão delicado que passa hoje a nossa Polícia Militar, como passou dias atrás a nossa Polícia Civil.

Concedo aparte à Deputada Luciana Rafagnin.

Só para atender, senhor presidente, seja gentil com nossa deputada.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Gostaria de parabenizar o nobre deputado e também reforçar, um pouco suas palavras, quando fala da coragem dessas mulheres, que na impossibilidade dos seus maridos, devido a um estatuto da Polícia Militar, que os impossibilita de fazer essa greve, elas assumem isso, vão à frente dos portões dos quartéis e tomam essa parada, que é por causa própria, vamos dizer assim.

Tendo em vista que na nossa visita, na quinta-feira muitas mulheres presentes comentavam que existe a dificuldade até da própria alimentação dessas famílias, devido aos baixos salários.

É importante aqui, deputado, lembrarmos o caso que o governo faz diante desse caso. E até mesmo porque, naquele momento que lá estávamos, chega uma proposta do governo, de um aumento de 2%. Isso para mim, significa uma aberração à proposta que as mulheres já estavam defendendo. Sabendo que isso não significa nada, simplesmente nada, diante das reivindicações que as mesmas estavam lá representando, reivindicando.

Então, é bom ficar atento, deputado, e cito aqui nesta Casa, para todos nós deputados, para que nós fiquemos atentos, ao que o governo vai fazer daqui para frente, tendo em vista que a principal preocupação dessas mulheres e a punição que pode vir logo após essa manifestação, é importante que fiquemos atentos e não deixemos que o governo cometa nenhuma injustiça a mais, do que já vem cometendo, com o baixos salários dos policiais militares e também naquilo que for possível, que nos organizemos de uma forma talvez melhor do que estamos hoje, no sentido de que o governo venha a atender essas reivindicações dos policiais, principalmente porque as mulheres estão hoje lá, reivindicando pelos seus maridos.

Muito obrigado.

#### O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, deputada.

Para encerrar, senhor presidente, não havia notado que as mulheres estavam aqui na tribuna, na parte das galerias, mas são essas mulheres que corajosamente, heroicamente, passando frio, passando tensão nervosa a todo instante, elas e outras que estão ainda correndo para fazer as negociações, é que tiveram essa coragem, essa determinação.

Se conselho de quem tem alguma experiência, nesta área, valer, foi aquilo que eu disse: está na hora de sentar, e fazer o entendimento, porque daqui para frente, começa o desgaste. Aí vem o desgaste provocado pela população, desgaste que outros provocam, como esta madrugada, tentando dizer que eles estavam bloqueando a saída de viaturas do Corpo de Bombeiros e do Siate, o que tenho certeza nunca tinha passado pela cabeça dessas mulheres.

Esse tipo de jogada começa a surgir agora e provoca, conseqüentemente, o desgaste do movimento.

O impedimento, me parece que nessas três propostas que tomei conhecimento através do comando geral, ameniza a situação de momento e vocês passam a dar esses 60 dias de que o governo pede para poder ajeitar caixa e mandar mensagem para a Assembléia, mas acho que essas três teriam que vir imediatamente a esta Casa. Para que nós já pudéssemos mostrar que o governo tem boas intenções, agora pelo menos. Não nas anteriores, lamentavelmente, pelas quais eu inclusive fui avalista.

Espero que agora, realmente, as coisas sejam cumpridas, a bem da sociedade e a bem da nossa Polícia Militar.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados e deputadas.

Queria inicialmente registrar a presença nesta Casa, de Aluísio Gonçalves Ferreira Júnior, presidente do DCE -Cefet-Curitiba, diretor da Upe, Edson Monteiro de Meira, diretor de Estágios do diretório do DCE-Cefet, e Peterson Borsato ex-presidente do DCE-Cefet, secretário geral do DCE da Upe.

A presença desses estudantes na nossa Casa, advém de tudo aquilo que está acontecendo na União Paranaense dos Estudantes, a Upe, segunda entidade mais antiga de estudantes universitários deste País, fundada em 1939, que sempre tem participado dos movimentos sociais e políticos, tem ido às ruas para dizer não àquilo que acontece de errado neste País.

Participaram da “Diretas Já”, participaram do “Fora Collor”, participam do “Movimento contra a Venda da Copel”, mas a UPE hoje é alvo de um golpe do governo.

O governo, estrategicamente, pretende golpear profundamente a Upe e com respaldo do Poder Judiciário



neste Estado, que muitas vezes prefere defender os interesses da elite brasileira.

Trago aqui, uma história do golpe, para registrar em nome de todos os estudantes paranaenses, dos 18 Diretórios Centrais de Estudantes das Universidades Paranaenses, da PUC, da Universidade Federal, da Tuiuti, da Uel, da Uem, enfim de todas as Universidades, da União oeste.

Este relato para que a sociedade saiba que a Upe, que na gestão 97/99, quando era presidente Joel Benin, conseguiu recursos para a reforma do Palácio dos Estudantes, através da lei Rouanet.

Entre dezembro de 2000 e janeiro de 2001 deu-se a conclusão da reforma e coincidentemente no mês de janeiro, mês de férias, um mês sem atividades escolares, um grupo de estudantes orquestrados pelo PFL, orquestrados pelos interesses maiores do governo, se reuniu lá em Foz do Iguaçu num congresso que não é reconhecido pela maioria, pela grande maioria dos estudantes universitários deste Estado e elegeram uma nova diretoria para a União Paranaense dos Estudantes que não é reconhecida pela maioria dos DCE's deste Estado.

A diretoria foi eleita, mas hoje está *sub judice*. Votaram nesse congresso dos estudantes lá em Foz do Iguaçu, os não estudantes, até funcionários da empresa Cavo, que foram transportados para Foz do Iguaçu, para fazer turismo e para referendar o voto deste grupo que assalta a Upe no Estado do Paraná.

Insatisfeitos com esta condição, os DCE's reconhecidamente constituídos e representantes das universidades paranaenses convocaram um congresso para Londrina nos dias 12 e 13 de maio e com a presença de mais de mil estudantes, tiveram que fazer o seu congresso através da Une porque de forma surpreendente a Justiça do Paraná impediu, através de uma medida cautelar, que se realizasse o congresso legalmente convocado pelos DCE's do Paraná, quando a Justiça imputava para cada dia de realização deste congresso, uma multa diária de 100 mil reais.

Isto é uma afronta, isto é um abuso, isto só ocorreu neste País na época da ditadura, e no período dos governos de exceção e é lamentável que hoje ainda, no século XXI, quando os nossos estudantes legitimamente procuram se organizar, tenhamos que enfrentar ou eles têm que enfrentar a Justiça, o governo com estas medidas truculentas, essas medidas arbitrárias, que não levam a nada, que impedem realmente a organização do movimento estudantil neste Estado como um movimento legítimo, de direito, um movimento que pretende estar presente sempre em todas as lutas sociais, mas acima de tudo, que pretende fazer com que a educação neste Estado, neste País seja cada vez melhor, seja uma educação de qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, Deputado Tony Garcia.

O SR. TONY GARCIA

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

Ocupo esta tribuna, hoje, para relatar alguns fatos que vêm ocorrendo em minha vida pessoal, em relação ao governador Jaime Lerner.

Neste momento, tenho aqui, por escrito, para não deixar passar nenhuma consideração a respeito desse senhor, que governa o Paraná, hoje.

(Lê):

“Senhores deputados.

Nos últimos tempos tem crescido a minha preocupação com os rumos dados ao nosso Paraná. Vejo o Governador Jaime Lerner cada vez mais destemperado. Oferecendo, todos os dias, uma prova cabal de que a razão o tem abandonado. O problema é que os desvarios do governador não afetam apenas a ele e aos seus. Afeta, senhores, todos os paranaenses. É sabido que há muito tempo o governador recorre ao socorro médico e psicanalítico para equilibrar os seus gestos. Mas o seu comportamento revela que essas providências têm sido insuficientes.

Ninguém, em sã consciência, insistiria em vender a Copel em qualquer época, tal a eficiência e rentabilidade da empresa. Menos ainda agora, quando o País passa pela circunstância da escassez de energia. Está aí o sóbrio governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que diante da crise decidiu poupar as estatais de seu Estado da sanha privatista estimulada por interesses de grupos econômicos que não enxergam nada além de vantagens que atentam contra o bem comum.

Vender a Copel é uma obsessão do Governador Jaime Lerner, como o foi a realização dos Jogos da Natureza. Puro capricho pessoal e de familiares. Pois esse capricho provocou um rombo nas finanças públicas de proporções consideráveis. Falo dessas duas obsessões, porque uma tem a ver com a outra. A obsessão de vender a Copel, além dos benefícios que poderá obter agora, ajudará a pagar parte do rombo deixado pela obsessão anterior, a dos Jogos da Natureza. Caprichos como esses têm custado recursos para a educação, a saúde e a assistência social.

Mas isso não é tudo. Nosso governador não faria feio em nenhum círculo de terapia de grupo do mundo. Sua obsessão por viagens ao exterior é conhecida. Não pode passar mais de dois meses sem se ausentar do País. Seu apetite é pantagruélico. Sua capacidade para fugir dos problemas é comentada por todos. Quanto mais grave a crise, mais ele vai ao cinema. E agora ele soma nova característica aos de sua alma enferma. Passou aos destemperos contra aqueles que o criticam ou que não são de seu grupo de amigos.

Entre esses destemperos eu arrolo as agressões que tem dirigido a mim. O governador, que se perdeu nas exigências do cargo, tenta imitar o estilo do antecessor que sempre invejou, como Salieri invejava Mozart. Sem a verve, sem a fluidez, desarticulado, incapaz de armar as

frases que diz em seqüência ilógica, Lerner tenta imitar o estilo do Senador Roberto Requião. mas a imitação, neste caso, transforma-se em espetáculo de grosserias e exposição nítida de despreparo.

Sem argumentos para contestar as críticas, Jaime Lerner tentou a agressão pessoal. Disse, em entrevista ao nosso companheiro Luiz Carlos Martins, que ninguém pode acreditar em mim porque eu não teria nem mesmo conta em banco, proibido de emitir cheques e coisas do gênero. Grossa aleivosia.

Pois bem, senhores, não só tenho as contas, não só o governador foi novamente informado, pelo seu serviço de inteligência. Costumo dizer que o serviço de inteligência do Palácio Iguazu é burro. O governador tem agora um desafio, que proponho: que as minhas contas sejam abertas e também a de minha mulher, dos meus filhos e dos meus familiares, contanto que o Governador Jaime Lerner faça o mesmo: abra as suas contas, de sua mulher e filhas, inclusive as que mantém no exterior. Clareza, transparência, esses são predicados essenciais ao homem público de hoje. Vamos lá, governador, abra suas contas, quebre o sigilo, mostre tudo, se é que pode mostrar!

O tom balbuciante, asmático, nervoso, atropelando as palavras e marcando a fala com pausas para o esgar que agora lhe confere um certo ar de alienação. Sem dúvida, o governador tornou-se caso de curiosidade patológica. E é isso que aprofunda a minha preocupação. Pode um senhor nessas condições, dizendo tais disparates, governar o Paraná? Eu duvido.

Dizia o Cardeal Mazzarino que é possível avaliar o governante pela qualidade de seus principais conselheiros. Pois bem, senhores, todos sabem que Jaime Lerner nada faz sem a aprovação de secretários como Guaraci Andrade e Miguel Salomão. E eu, diante das evidências, diante dos resultados, afirmo que Guaraci Andrade não sabe governar. Provo que Miguel Salomão não sabe governar. Este senhor, recentemente, publicou artigo em que procura explorar veia literária que pretende possuir. Citou o General Watt, referindo-se à medida da energia elétrica, em sofrível exercício de mau gosto. O General Watt deveria ser chamado para uso imediato no tratamento dos males que acometem o governador.

Mas é necessário pressa, urgência, pois o Paraná não pode continuar sofrendo com as obsessões de um governador que se aconselha com quem não sabe ensinar. A prova, senhores, é a realidade. O Paraná nunca viveu dias de crise como os de hoje. Crise que não se presta aos sussurros da intriga palaciana ou às piadas de mau gosto de um bancário aposentado que se alça à condição de conselheiro do reino. Salvemos o Paraná, antes que obsessões mais graves subam à cabeça de quem tem responsabilidades e passemos a ser dirigidos por um Napoleão de manicômio ou por um tecnoburocrata que se acredita intelectual e literato. Ou talvez, por um simplório criado de vacas argentinas, como diz o jornalista Luiz

Geraldo Mezza. A responsabilidade é desta Casa. Não podemos fugir dela como o governador foge da sua”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, dou conhecimento à Casa que recebi uma solicitação da Procuradoria da República do Estado do Paraná, que diz o seguinte:

“Em atenção ao requerimento formulado pela Sociedade de Pesquisa e Vida Selvagem, Educação Ambiental, SPVS, e pela Fundação O Boticário e considerando o interesse federal, na proteção do meio ambiente na região de Guaraqueçaba, solicito, nos termos do artigo 8 da Lei Complementar 75/93, no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento do presente, informações sobre as investigações que vêm sendo levadas a efeito pela Comissão de Meio Ambiente desta Casa, Assembléia Legislativa, relativamente à suspeita de malversação de recursos destinados à APA de Guaraqueçaba e outras irregularidades, que a SPVS e O Boticário possam ter cometido”.

Senhores deputados, recebo isso do Ministério Público Federal e darei, em tempo hábil, as informações que tenho e, atendendo solicitação dos Deputados Ademir Bier, Waldyr Pugliesi e Fernando Ribas Carli, convoco, na condição de presidente, uma nova reunião da Comissão, no dia 5 de junho, para que se dê uma nova reunião da Comissão, no dia 5 de junho, para que se dê uma nova oportunidade para que a SPVS e O Boticário venham aqui expor aquilo que eles já tiveram oportunidade, mas vamos dar uma nova oportunidade e vamos fornecer isso aqui para o Ministério Público Federal com maior prazer, até porque estes documentos que temos em anexo já estão no Ministério Público Estadual.

Senhor presidente, senhores deputados, apresento hoje um breve relatório das contas do Governo Lerner de 1999.

(Lê):

# “RELATÓRIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1999

## **Introdução**

Objetivando facilitar a tomada de decisões dos Senhores Deputados quanto à aprovação das contas do Governo do Paraná, relativa ao exercício de 1999, realizamos análise da documentação, comentários e pareceres anexos ao processo da prestação de contas citada, elencando a seguir fatos que julgamos de maior relevância, bem como indícios de irregularidades

1 - Da previsão de receitas, no valor de R\$14.689.246.754,00 bilhões, foi realizada R\$10.849.635.933,16 bilhões, ou seja 73,86%.

- 49,99% da arrecadação é representada por operações de crédito - R\$5.423.735.440,28 bilhões.

- Das operações de crédito, R\$5,1 bilhões foram incorporadas no Banestado, conforme contrato de saneamento do banco. (anexo-03)

2 - As despesas executadas por área na Administração direta demonstra que o governo aplicou: 82,12% dos recursos na área institucional, 15,33% na área social e 2,55% na área econômica. (anexo-02)

- Esta é uma nova inequívoca que o governo vem realizando uma gestão desastrosa, desviando objetivos de governo, que ao invés de assistir ao povo, assiste ou socorre uma instituição financeira, aplicando somente nela 94% de todas as aquisições de títulos e valores. (anexo-03)

3 - Por força da cláusula 3A, alínea “d” do contrato de saneamento do Banestado, o valor de R\$5,1 bilhões foram aplicados da seguinte forma: (anexo-04)

- Aumento de capital do Banestado - R\$3,6 bilhões.

- Aquisição de ativo do banco - R\$41,5 bilhões.

- O total geral dos recursos do saneamento do Banestado foi de R\$5.625.782.894,11 bilhões, dentre os valores da aplicação além de créditos de baixa liquidez de R\$272.802.000,00 milhões. Inclui R\$428.153.431,13 milhões em LTE e LTM adquirido dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina e Município de Guarulhos e Osasco (São Paulo). (anexo-05)

**Nota 1:** (Não havendo o recebimento desses papéis no mercado de capitais “número mínimo pelo valor de compra significará que o ativo do Estado estará superestimado...”)

4 - Ocorreu no exercício de 1999 alienação de bens na importância de R\$7,3 milhões, sem a respectiva baixa patrimonial. A consequência desse fato ocasionou a irrealidade do ativo, bem como o resultado patrimonial não reflete a sua exatidão. (anexo - 04).

5 - O resultado patrimonial do exercício não apresentou déficit de R\$118 milhões, significando que as baixas patrimoniais foram superiores às inscrições de ativos. (anexo-06)

6 - O resultado patrimonial acumulado apresentou situação Negativa, ocasionando passivo real descoberto de R\$840,5 milhões, que ajustado com a baixa não contabilizada de R\$7,3 milhões (item 4), totalizou R\$847,8 milhões. (anexos - 07 e 12)

7 - Os gastos com divulgação e propaganda tiveram de decréscimo 240% ou seja de R\$134,4 milhões em 1998 para R\$41,7 milhões em 1999. (anexo - 08)

Nota 2: Considerando que o valor de R\$41,7 milhões foi suficiente, por que gastou-se R\$134,3 em 1998? O caso nos mostra que devemos com todo o rigor, apurar dos dois exercícios a referida conta, no sentido de identificar clara e transparentemente a real necessidade

de tais dispêndios. Como são licitados, distribuídos e aplicados, uma vez que o Estado destinou exercício, apenas 1,5 bilhão na área social, porém dispende vultosas somas com divulgação e propaganda. Vamos à pergunta: se R\$41,7 milhões são suficientes, porque o gasto de R\$92,6 milhões a mais de 1998? (anexo - 08)

8 - A dívida geral do Estado composta por fundada interna e externa e pela dívida flutuante passou de R\$6,1 bilhões em 1998 para R\$13,3 bilhões em 1999, representando acréscimo de 117,31%, conforme quadro abaixo: (anexo - 09)

ANO	1997	1998	1999
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	41,85%	80,36%	117,31%

9 - Evolução do índice de liquidez da administração consolidada - posição financeira representada pelo ativo financeiro sobre o passivo financeiro: (anexo - 10)

ANO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ	PARA CADA REAL DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO O GOVERNO DEVE (EM R\$)
1995	1,03	1,03 (sobrou 03 centavos de real)
1996	0,58	-0,42 (faltou 42 centavos de real)
1997	0,23	-0,77 (faltou 77 centavos de real)
1998	0,14	-0,86 (faltou 86 centavos de real)
1999	0,14	-0,86 (faltou 86 centavos de real)

Nota 4: A permanecer tendência verificada que já perdura por 4 (quatro) anos consecutivos, o governo não terá condições de obter recursos par cobrir os compromissos e investir, agravando-se o quadro a cada ano, chegando a risco de intervenção.”

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Deputado Neivo, é a segunda vez que Vossa Excelência sobe à tribuna com um pronunciamento lido e um pronunciamento técnico e eu gostaria que Vossa Excelência pelos anos que tem de Casa e pelos anos que também tenho, entenda uma coisa: sempre que o pronunciamento é técnico, mais técnico, mais estudado com números reais é um pronunciamento que acaba empolgando menos o Plenário. Até porque normalmente o Plenário não tem os mesmos números, não fez o mesmo estudo, não tem o mesmo levantamento para poder acompanhar, Mas quero deixar aqui registrado, e já lhe disse de certa feita, que gostaria de ter cópia desse trabalho de

Vossa Excelência e acho que gostaria, inclusive, que Vossa Excelência fizesse cópia desse estudo e distribuisse o mesmo com profusão para a imprensa do Paraná, para os deputados, para os políticos, para as associações, para as entidades, para que a gente, definitivamente, soubesse onde é que está e o porquê do rombo atual do Paraná.

Sempre, quando se discute questões, pergunta-se: por que o Paraná está assim? Por que chegamos a esse débito que temos hoje? Por que é que temos que vender todas as nossas estatais e aumentamos enormemente o nosso perfil de dívida? Via de regra não se tem uma explicação convincente, porque isso demanda um estudo como Vossa Excelência fez, um estudo de balanço de dados, de números, de endividamento, mês a mês, convênio a convênio, empréstimo a empréstimo, balanço a balanço. Talvez seja a hora, realmente, de o Paraná conhecer qual é a verdadeira realidade e porque ela despencou para essa forma. Então, muito embora tenha certeza que Vossa Excelência possa sentir alguma, até frustração, já me ocorreu isso da tribuna, quando se levanta assuntos técnicos buscados na raiz da questão. Com números, normalmente a gente aparentemente fala sozinho. Mas tenha certeza Vossa Excelência, que é uma contribuição inestimável para o Estado da real condição que o Paraná está, hoje, com retrospecto sobre o passado e uma antevisão do futuro que nos espera se medidas urgentes não forem tomadas na questão do equilíbrio financeiro do Paraná.

Faço esse aparte para parabenizá-lo pela pertinácia de estar trazendo esses dados, já em dois Grandes Expedientes, dados que podem elucidar muitas e muitas causas das razões que estamos hoje, pela situação econômica presente.

Obrigado.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Cumprimento-o, e não podia esperar de Vossa Excelência, um deputado maduro e competente, outro pronunciamento. Não sou afeito a vir à tribuna para atacar ninguém, usando o diafragma último, acho que faço mais apresentando um relatório técnico, e quem quiser, naturalmente, colaborar conosco na apuração desse relatório técnico, porque a minha assessoria está ocupada, permanentemente, e tem o custo pessoal para poder chegar a esses números que estamos chegando aqui. E quero dizer que hoje abordo a relação de 99, o macro.

Mas também posso trazer à tribuna todos os anexos e todos os momentos em que o Estado errou, que o Estado pecou, que o governo literalmente, acabou com o Paraná. Nós ainda não verificamos o ano de 2000, porque daí vamos saber o resultado desse movimento de 99 para chegar em 2000.

Então vamos lá:

(Lê):

#### 10 - Comprometimento do ativo real. (anexo - 11)

NATUREZA	PASSIVO REAL (1) (DÍVIDAS TOTAIS DO ESTADO) VALORES EM R\$	ATIVO REAL (2) (BENS DE DIREITOS DO ESTADO) VALORES EM R\$
1997	3.407.937.797,11	5.005.307.909,94
(1/2)	68,09%	
1998	6.150.169.143,96	5.839.046.471,90
(1/2)	105,33%	
1999	13.365.254.056,06	13.001.078.345,26
(1/2)	102,80%	

Nota 5: Quanto à evolução das dívidas totais do Estado de R\$6,150 bilhões para R\$13,365 bilhões, podemos dizer ser crescimento real, pois além do governo de uma forma ou de outra ter que pagá-la, serão as mesmas acrescidas de juros e correção monetárias. E devem-se, basicamente ao saneamento do Banestado, onde as aplicações foram em R\$6,625 bilhões. Todavia, o mesmo não deverá acontecer com os bens e direitos do governo quando de sua conversibilidade, senão vejamos:

No saneamento do Banestado, o governo incorporou em seus bens e direitos. R\$1.500.779.231,41 de conversibilidade duvidosa.

Integralizou capital no Banestado no valor de R\$3.696.850.231,57, que será lucrativa ou causará prejuízo dependendo do valor obtido pelo Banco quando leilado, já conhecemos o resultado...

Por força do contrato para saneamento do banco o governo adquiriu letras do tesouro estadual de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina, além de letras do tesouro municipal de Guarulhos-SP e Osasco-SP (o valor desses títulos representa R\$428.153.431,13). Segundo o Tribunal de Contas do Paraná, não havendo o recebimento desses papéis pelo mercado de capitais, no mínimo pelo valor da compra, significa que o ativo estará superestimado.

Conclusão. Em vista da gravidade em que as contas do governo se encontram, esta Casa de Leis deve não só refletir quanto à sua aprovação, mas, principalmente, quanto às ações que deverão ser tomada frente ao futuro que nos espera. Um estado quebrado, com o patrimônio do povo dilapidado em sete anos de um governo desastrosamente incompetente no Estado do Paraná."

Concedo um aparte ao Deputado Fernando Ribas Carli.

#### O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Neivo Beraldin, ouço-o com muita atenção, porque apesar de não ser a minha formação a área de finanças, é algo que sempre me despertou muita atenção e procuro fazer os acompanhamentos em sintonia fina da área financeira. Ouvi atentamente o seu pronunciamento

onde o senhor faz a colocação para todos os deputados da situação da contas Governo do Estado nos últimos anos, e o senhor cita alguns números.

Queria, neste momento, a título de conhecimento, que o senhor os informasse: quando o senhor cita índices de poder, de alavancagem...

O SR. NEIVO BERARDIN

Índice de endividamento, eu fico muito claro.

**O Sr. Fernando Ribas Carli**

Não, porque o senhor diz: com esse índice o Estado não tem condições de continuar enfrentando as dívidas ou, talvez, conseguir levar à frente o governo está quebrado, porque os índices são muitos claros.

O índice de balança, reflete o quê? Quando o senhor diz que o índice é 0,14 ele espelha que para cada um real que o governo deva, ela tem em caixa apenas 14 centavos. Essa é a expressão do índice de balança. Então, na verdade, o balanço tem um índice negativo. Agora, por outro lado, esse índice não quer dizer que o governo ou quem está devendo não terá condições de fazer o pagamento dessas contas.

Eu gostaria, veja só, como eu disse, a título de esclarecimento, é uma matéria que empolga e que nós devemos nos debruçar sobre ela, porque é da mais alta relevância essa parte financeira, para fazermos um levantamento da viabilidade do Estado. Nós queremos saber se o Estado tem condições de ser administrado ou se ele não tem. Então, precisamos nos debruçar em cima desses números, porque o índice de balanço negativo não espelha que com o passar do tempo essa administração ou a seguinte não possa vir reverter esse quadro.

Vou lhe dar um dado: quando eu assumi a Prefeitura de Guarapuava, em janeiro de 1989, está aqui o Deputado Cezar Silvestri, que era o meu vice-prefeito, o índice de balanço da Prefeitura era de menos 19, ou seja, para cada real que a prefeitura tinha em caixa, devia 19. E com o passar do tempo, nós colocamos a Prefeitura em ordem e conseguimos fazer uma boa administração, graças a Deus e aos companheiros que nos ajudaram.

Então, eu gostaria, junto com o senhor, de participar dessa discussão e desses detalhes, porque às vezes os números espelham algo, mas não aquilo que realmente é, porque um índice negativo muitas vezes não quer dizer que uma empresa ou que uma empresa pública, qualquer administração de modo geral, esteja inviabilizada, porque, se forem verdadeiras as afirmações da inviabilidade do Estado, eu acredito que deva haver um trabalho de todos os deputados, de todas as forças vivas da comunidade paranaense no sentido de tornarmos viável o Estado, porque no momento que o Estado tornar-se inviável, todos nós estaremos inviabilizados.

Por isso, eu gostaria de saber do senhor esses índices. Não precisa nem ser pela tribuna, se o nobre deputado pudesse passar para mim, já que a sua assessoria fez esse levantamento, já detalhou as contas que foram exa-

minadas pelo Tribunal de Contas, eu lhe agradeceria muito, porque realmente é uma matéria que diz respeito a todos nós e a mim, especialmente, porque gosto da área de finanças.

Muito obrigado e parabênz o nobre deputado pela sua preocupação e pelo seu pronunciamento!

O SR. NEIVO BERARDIN

Deputado Carli, esta Casa tem duas funções fundamentais: primeira é fiscalizar o Executivo. Segundo é fazer leis.

Uma das coisas que os deputados do Paraná deveriam ter na ponta da língua é o índice de endividamento do Estado: receita, despesa, quando contraiu o empréstimo, por exemplo. Vou responder essa semana de onde o Estado arrumou quase seis bilhões para colocar no Banestado, para sanear o banco, para vender o banco. Será que foi INSS? Será que foram royalties de Itaipu? Vou trazer isso à tribuna. Por que o governo vendeu a Sanepar? Quase 40% da Sanepar e não foi possível aos técnicos do Tribunal de Contas, porque nem me refiro a conselheiro, porque conselheiro é político, os técnicos do Tribunal de Contas não puderam formar juízo de onde foi colocado o dinheiro da venda da Sanepar e dos ativos da Copel. Porque a lei é genérica, a lei que foi aprovada aqui nesta Casa, que, aliás, é na mesma lei que o governo vai se valer para vender a Copel. E vou dizer mais, se ele vender a Copel, sofrerá uma intervenção, isso é líquido e certo. E nós aqui, não vamos nos manifestar para discutir com o governo os números?

Por isso quero e preciso de novos e aliados, deputados que queiram estudar conosco a prestação das contas do governo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência passa a fazer uso do Horário da Liderança do PSDB.

O SR. NEIVO BERARDIN

Então, Deputado Carli, vamos aos números, vamos aos números, pois os números não mentem. Deixemos de lado o discurso fácil, o palanque é na época eleitoral, agora é época de trabalho efetivo. Então, vejam para cada real da dívida, segundo o deputado me solicitou, a curto prazo, o governo deve, em real, em 1995 ele tinha três centavos de sobra. Em 1996...

**O Sr. Fernando Ribas Carli**

É de sobra ou para cada real que ele devia, ele tinha três centavos em caixa?

O SR. NEIVO BERARDIN

Não. Para cada real de dívida em 1995, e tinha três centavos, sobrou três centavos

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Mas, então, se sobrou ele pagou a dívida e sobrou três. Aí é que é a minha dúvida, nobre deputado.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Calma que vem a sequência.

Em 1996, faltou quarenta e dois centavos de real. Em 1997, faltou setenta e sete centavos de real. Em 1998, faltou oitenta e seis centavos de real. Agora, é muito provável, por essa evolução de 1995 até 1999, que em 2000 o Estado esteja literalmente falido. Daí, eu imagino o desespero do governo em querer vender a Copel a qualquer custo. Por que é que acontece? Em 1998, 1997, houve uma despesa incrível na área de propaganda. Se considerarmos em 1997, foram cento e dezessete milhões. Se naquela época o dólar era 1/1, então foram 117 milhões de dólares em 97, repassado para 04 agências apenas; em 98 se considerarmos o dólar 1/1, o Governo do Paraná gastou 134 milhões de dólares.

Só para que o deputado tenha uma noção, o Estado de São Paulo, gastou da sua receita, em propaganda e publicidade, 0,06, a Bahia gastou 0,52; o Paraná gastou 2,24%; representando 4000% a mais do que gastou São Paulo.

Agora, se fizermos um exercício e imaginarmos o PIB de São Paulo, 40% do PIB Nacional; PIB do Paraná, 5 e pouco por cento; vamos verificar que ele gastou mais que 32 mil vezes a mais do que gastou, repito, o pobre Estado de São Paulo.

**O Sr. Fernando Ribas Carli**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado, só um esclarecimento. Continuo aqui, avaliando esses números e pelos dados, quando o senhor relata, que falta 0,3, 0,4, 0,77, 0,86, nós vamos ver que o índice de balanço, espelharia isso, para cada um que ele tenha, deve 0,86 porque o senhor não especifica quanto que ele tem de balanço. Não peguei essa parte.

E a outra, gostaria também de saber do senhor o que é muito importante, que nós estamos discutindo a bastante tempo; os relatos de gastos com publicidade, que o senhor se refere que aí o senhor compete um equívoco, porque não é 4000% é 400% de 500 para 2000, são 4 vezes mais, dá 400%, não dá 4000%, não. Desculpe-me nobre Deputado José Maria Ferreira, mas não dá 4000%.

Outra coisa que é importantíssimo nós sabermos, e o senhor está com essa documentação em mãos; quais foram os gastos com pessoal do Estado, pessoal total. Quanto foi a folha de pagamento de pessoal, em todos os anos referidos: 95, 96, 97, 98? Qual o acréscimo de pessoal? Até porque o Estado diz que tem hoje uma dificuldade grande em função da folha de pagamento e também do pagamento dos inativos e dos pensionistas, que estariam em torno de 90 milhões.

Então, como nós estamos fazendo uma discussão que considero da maior relevância, da maior

importância, neste momento e em qualquer momento, porque a parte financeira é essencial, importante que saibamos quanto que representou o funcionalismo público: os aumentos que foram dados nesse período de governo; os aposentados que já eram aposentados antes de 95; e quantos outros ingressaram na folha de inativos; para que possamos ter uma radiografia completa, uma fotografia em cores do exercício, porque acho da maior importância o que o senhor está levantando. Essa discussão era o que almejava, era uma discussão como essa, para que todos nós possamos realmente ter em mãos.

Todos os dados econômicos, já foram analisados pelo Tribunal de Contas, e tenho certeza que tem uma grande gama de deputados aqui, que quer participar dessa discussão de números, para fazermos toda essa verificação e termos um raio x.

Então, volto a dizer, o índice e a questão não é 4000 é 400% o que já considero muito, não discordo disso. Mas são 400%.

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Vossa Excelência me concede um aparte agora?

Se ainda ele tiver tempo. Como é que está o tempo dele, senhor presidente, que com Vossa Excelência eu não posso transigir de tempo nenhum.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Em absoluto, Deputado Vanhoni. Mas, infelizmente o tempo já se esgotou, ele já usou o Grande Expediente, o Horário da Liderança do PSDB. O tempo já está esgotado. Consulto o Deputado Neivo Beraldin.

Pode usar o horário da liderança da oposição, se o Deputado Waldyr Pugliesi assim o conceder.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vossa Excelência passa a falar no horário da Liderança das Oposições.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Não pretendo ocupar todo o horário, quero apenas antes, Deputado Vanhoni, dizer ao Deputado Fernando Ribas Carli, que estou vindo à tribuna, fazer um relato, exatamente para que se torne público.

E autorizo ao serviço de taquigrafia, para que entregue o meu pronunciamento a quem desejar. Podem se utilizar disso e naturalmente com o passar do tempo, vou ocupar outras vezes a tribuna, esmiuçando todas as operações do governo, que não é nenhum malabarismo de minha parte. São números atestados pelos técnicos do Tribunal de Contas.

Evidentemente não são números dos Conselheiros, porque eles encaminham prévio relatório induzindo a Assembléia ao erro.

Então, acho que não temos como fugir de discutirmos as questões contábeis.

Concedo aparte com muito prazer ao Deputado Vanhoni, antes disso, queria dizer ao Deputado Carli, que naturalmente os funcionários do Estado não receberam aumento.

Se houve aumento foi para alguns graduados.

Na verdade, os funcionários nesses últimos 5 anos, não receberam aumento.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Em primeiro lugar, parabenizá-lo pois pela 3ª vez sobe à tribuna nesses dias, para debater a questão das contas do Governo do Estado.

E parabenizar o Deputado Ribas Carli, que é um excelente deputado, é um bom esgrimista da palavra, e tenho percebido que nesses últimos dias está se aprofundando nos conhecimentos a respeito dos números do Governo do Estado e está fazendo um esforço muito grande para ser mais realista do que o próprio Rei.

Talvez o Deputado Durval comece a ficar preocupado, porque não há defensor, em meias palavras, muito bem colocadas, como Deputado Ribas Carli vem fazendo ao longo desses últimos dias, que com o exercício de tentar conduzir a discussão, mas sempre tentando justificar o Governo do Estado do Paraná, que é injustificável. E o Deputado Ribas Carli há de sucumbir perante os fatos. Perante a realidade.

A realidade, deputado Ribas Carli, é que nestes 7 anos nenhum concurso público foi realizado.

A Polícia Militar e as mulheres, esposas dos militares estão aqui presentes, há muito tempo cobra só para Curitiba, Região Metropolitana, concurso para 3000 vagas.

Mais do que isso. Cobra condição digna para a segurança pública no nosso Estado, e há muito tempo o Governo vem com promessas vãs e não concede um único reajuste.

Mais ainda. Nós sabemos que reajustes aconteceram no Governo do Estado. O senhor sabe. O senhor era chefe da Casa Civil.

Seiscentos cargos foram criados lá em cima, com o salário mais alto, da hierarquia e da burocracia do Estado. E o peso desses 600 cargos, quase que com salário de Secretário de Estado, praticamente fez com que a folha de pagamento do Estado do Paraná, tivesse um acréscimo monumental, nesses últimos 6 meses. Enquanto que a maioria daqueles que trabalham, daqueles que garantem uma qualidade de vida para os paranaenses, não tiveram reajuste algum.

O acréscimo na folha, Deputado Ribas Carli, se dá nessas questões. Nessas idiossincrasias do governo.

E o fato é o seguinte: Metade da Copel foi vendida. A Sanepar foi vendida, o Porto de Paranaguá foi vendido, as estradas foram vendidas, o Banco do Estado foi vendido e não trouxe nenhum benefício para nós.

O governo arrebitou com o Banco do Estado trazendo um prejuízo de 6 bilhões, que todos os paranaenses pagam 30 milhões por mês, durante 30 anos.

A dívida que o governo pegou em 95, era de 1 bilhão e trezentos. Hoje está perto de 16 bilhões de reais.

Então Vossa Excelência tem toda razão em querer discutir os números a respeito dos funcionários.

Mas deputado Neivo Beraldin, tem toda razão porque traz os números que mostram a falência do ponto de vista de pensar estrategicamente o Paraná, como o Governador Lerner fez nestes últimos anos.

Mas Vossa Excelência é um bom esgrimista da palavra, e esse debate só enriquece a Assembléia Legislativa.

Muito obrigado, Deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Edson Strapasson**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Neivo Beraldin, este encaminhamento e esta discussão que o senhor traz à tribuna hoje com os dados reais do Estado, na verdade é o retrato financeiro da má administração dos recursos públicos que ocorreu no Estado do Paraná nos últimos anos, e que infelizmente o senhor bem colocou muitas vezes esta Casa se omitiu em fiscalizar, em conhecer, em debater que é o principal e o debate só é profícuo quando existe dois lados debatendo e gostaríamos aqui de ter os números reais porque acompanhando a operação financeira do governo do Estado podemos dizer que o orçamento é aprovado, são aprovados por esta Casa cheques em branco ao governo do Estado para manusear, para emprestar, alienar ação, sem dizer o que está se fazendo efetivamente com este dinheiro. E é importante neste momento que continuemos o debate, não somente hoje, mas apuremos efetivamente para onde foram e de que maneira foram aplicados o um bilhão e meio que o governo do Estado tomou, alienando ações da Copel perante o BNDES, de que forma foi aplicado esse dinheiro, que é dinheiro público e como e de que forma o governo do Estado endividou o povo paranaense por mais de trinta anos com mais de cinco bilhões e meio, causa da operação da quebra do Banestado, que foi vendida à população apenas a imagem que o Banco foi vendido por um bilhão, seiscentos e vinte e cinco milhões, como se isto fosse apenas o lucro que o povo do Paraná tenha levado por ocasião da venda do Banestado.

Então, são importantes os números, são importantes os questionamentos políticos, mas acima de tudo é importante que esta Casa se manifeste na sua integralidade sobre como o governo do Estado administrou, como o governo do Estado aplicou o sagrado dinheiro público do Estado do Paraná.

Então, esta é uma matéria muito importante que queremos aqui nos solidarizar ao seu pronunciamento e acho até interessante que esta Casa deveria fazer um seminário bastante técnico e com a presença da maioria dos deputados, para que pudéssemos avaliar este pano-

rama econômico que à primeira vista qualquer economista do País colocaria o Estado do Paraná como o Estado que mais torra dinheiro público sem a transparência necessária ao cidadão paranaense.

O SR. NEIVO BERALDIN

Olha, Deputado Strapasson, além de tudo o que Vossa Excelência disse, daria para acrescentar muito mais - seis bilhões de investimento para sanear o Banestado, sem contar a dívida que ficou para o povo do Paraná. Este dinheiro foi colocado para sanear o Banco e ainda não identifiquei de onde veio este dinheiro, se é de INSS, se é antecipação dos royalties de Itaipu, não sei, de algum lugar o governo tirou e lá colocou - está nos números contábeis. Agora, na prestação de contas que o Tribunal de Contas remeteu para esta Assembléia tem 20 impugnações lá. Daí hoje a importância de aprovarmos este requerimento solicitando quais são essas 20 impugnações que o Tribunal de Contas fez e os valores e quais são, porque ele remeteu com relatório prévio para ser aprovado, mas com 20 processos impugnados, além de várias ressalvas dizendo que não houve, mesmo por parte dos técnicos, não houve como formar juízo aonde foi aplicado os 244 milhões da Sanepar, aonde foi aplicada a venda de ativos da Copel.

Então, senhoras e senhores deputados, com a palavra a Assembléia do Paraná. Temos aqui contas para serem aprovadas, ainda do Governo Richa, graças ao Hermas Brandão, que permitiu que nós, pela primeira vez, pudéssemos ter acesso à prestação de contas do Governo do Paraná. Isto é Legislativo. Isto é político. Por isso fomos eleitos e tenho o maior prazer em me debruçar sobre estes números para trazer a público. Mais uma vez sugiro à Assembléia Legislativa do Paraná, para que contrate uma empresa de auditoria privada, a fim de que ela possa auditar e elucidar todos os....

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, questão de ordem?

**(Assentimento)**

Tendo em vista que o nobre ilustre Deputado Ângelo Vanhoni referiu a este deputado que vos fala, gostaria de esclarecer, que embora não me considere um bom, nem grande esgrimista, tenho um pouco à memória, o que foi o início do governo.

Senhores deputados, o Deputado Neivo Beraldin no seu relato faz algo muito importante, quando ele faz a valoração em dólares, porque tínhamos uma paridade real/dólar. E não podemos esquecer, senhor presidente, senhores deputados, no dia 1º de janeiro, de 1995 - digo isso porque fiquei quinze meses no governo e não quero com isso defender o governo, não. Quero realçar a memória. Nós, em uma reunião de secretariado recebíamos a informação de que o nosso Banestado, na época, nosso, ia diariamente ao Interbancário buscar 700 milhões de reais. O que é o

Interbancário? É um pool de Bancos que empresta e que socorre aquele que está precisando de dinheiro. Qual é a taxa de juros ao Interbancário? É o juro praticado no dia. Quanto mais existe procura, mais aumenta o juro. Então, em 1º de janeiro, o Banestado ia ao Interbancário buscar 700 milhões de reais, que equivalia a 700 milhões de dólares, mas com uma diferença gritante, porque os países que têm economia estável e moeda forte, praticam uma taxa de juros, que varia de 4, quando muito chega a 6% ao ano. Nós, aqui, com o nosso Banestado da época íamos ao Interbancário, diariamente, buscar 700 milhões de dólares e pagávamos juros de 11, 12 e até de 14% ao mês. Por aí o senhor já pode avaliar o volume da dívida.

Nobre Deputado Ângelo Vanhoni, queria lhe dizer, quando o senhor se refere que, talvez, a folha de pagamento tenha inchado pela criação de 400 cargos...

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, desculpe-me, mas...

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

O senhor havia concluído.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não.

Estou querendo concluir, se Vossa Excelência me permite.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Desculpe-me. Achei que o senhor havia concluído.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quero concluir, dizendo o seguinte: é preciso avaliar as contas do Governo Richa, do Governo Álvaro, do Governo Lerner.

No momento em que avaliarmos todas as contas - o que está aqui é um flagrante absoluto - e não teremos dúvida, de que se o governo não vender a Copel, o que ele quer fazer, porque senão ele terá uma intervenção, com certeza, está com restos a pagar, precatórios que deveriam ser pagos. Quando ele não paga os precatórios, evidentemente, os credores vão ingressar na Justiça Federal e vai haver intervenção. Por isso, não podemos permitir a venda da Copel sob nenhuma hipótese, porque falta competência administrativa. É flagrante isso. E pode nos ajudar, que nós teremos o maior prazer.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, eu queria concluir a minha Questão de Ordem, porque acreditei que o Deputado Neivo já havia terminado o seu discurso.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Na verdade, Excelência, não cabe uma Questão de Ordem, levantada por Vossa Excelência.



O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Eu pediria a sua complacência, no sentido que são poucos números, só para esclarecer.

(Vozes paralelas)

Quero me referir, nobre presidente, ao Deputado Ângelo Vanhoni, quando ele diz que 400 contratações, que explodiram a folha de pagamento - eu não acredito. Temos que ser sinceros e estamos discutindo algo muito sério, aqui. Temos que avaliar, que em 1º de janeiro de 95, o governo entrou pagando 16% a mais de salário aos funcionários, porque o ex-governador, Mário Pereira, mandou uma mensagem para esta Casa, que foi aprovada em dezembro de 94, e a partir de 1º de janeiro já se pagou 16% a mais. Não fosse isso, em março o Governo do Estado deu mais 25% de aumento para os professores, 15% para os policiais e 10% para o restante dos funcionários. Não satisfeito ainda no mês de agosto de 95 novamente o Governo do Estado deu um aumento de 10% para todos os funcionários. Se somarmos só isso, dá 51% sem fazermos o cálculo do percentual de um sobre o outro.

E eu pergunto aos senhores qual foi o aumento concedido pelo Governo Federal? Agora, é claro que isso onerou a folha, e mais, nobre Deputado Vanhoni, veja só, o senhor diz aí: - Não foi 400, foi 600. Pode ser que sejam 600, agora eu tenho convicção que os 600 cargos que foram criados não oneram mais a folha de pagamento do que os 52.000 celetista que foram passados a condição de estatutários e com isso assumindo todos os direitos que tem o funcionário estatutário, com seus avanços e todas as prerrogativas de estatutários.

Então, por isso, essa é uma discussão que realmente nos empolga, eu acho que temos que levar para todos os paranaenses o que acontece com o Paraná. Aqui acho que não precisamos, nem eu nem qualquer outro deputado, fazer um discurso político; aqui estamos no exercício do nosso mandato, defendendo as coisas certas, apontando os erros, fazendo o governo ouvir as reivindicações do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB (Questão de Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria, de deixar registrado que a Comissão de Segurança Pública, hoje à tarde foi procurada pelas esposas de policiais militares, que nos enviam um requerimento que eu gostaria de ler, para deixar registrado, nessa sessão.

Eu vou me ausentar do plenário senhor presidente, para acompanhar estas senhoras, esposas de policiais militares, numa audiência com o Secretário da Segurança Pública, José Tavares e o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Gilberto Foltran.

Diz que hoje, pela manhã, houve um entendimento verbal entre o comando da Polícia Militar e as esposas de policiais militares, que também devem nos acompanhar,

além de todos os membros da Comissão de Segurança Pública, o líder do Governo, Deputado Durval Amaral.

Quero deixar registrado então, o requerimento que estamos recebendo.

(Lê):

“Excelentíssimo senhor presidente da Comissão Permanente de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### REQUERIMENTO

Nós ILSELENE MARIA DE PAULA, portadora da carteira de identidade RG 4.335.959-2 PR, residente e domiciliada na Rua 7 de setembro de 3475, Centro Curitiba, CRISTIANE LORENA, portadora da carteira de identidade RG nº 7.936.385-6 PR, residente e domiciliada na Rua Coronel Monteiro, nº 122, Campina Grande do Sul, Paraná, neste ato representando o Movimento das Esposas de Policiais Militares do Paraná, vem perante Vossa Excelência, para requerer a esta douta Comissão Parlamentar Permanente de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a intermediação de acordo verbal firmado na data de hoje, 21 de maio de 2001, entre o Comandante geral da Polícia Militar do Estado, Senhor Gilberto Foltran, e as requerentes, no Quartel Geral da Polícia Militar, ocasião em que firmaram compromisso de suspender o Movimento Reivindicação por Melhorias para seu policiais, pelo prazo de sessenta (60) dias, a contar da data de hoje.

Informamos que a pauta reivindicações de nosso Movimento, é a seguinte:

- Paridade salarial nas carreiras PM/PC, incorporando-se a gratificação PM-ESPECIAL.
- Horas extraordinárias administradas por conta de terceiros;
- Seguro Total para as viaturas policiais;
- menor tempo para promoção na carreira, principalmente entre Cabo e Sargento;
- Revisão do Código de vencimentos e vantagens;

O presente requerimento tem a finalidade de solicitar a intermediação desta Comissão de Segurança Pública, para que seja reiterado formalmente, o que fora acordado verbalmente entre as requerentes e o Comando da Polícia Militar, sendo expresso em documento oficial do Governo do Estado, para pôs este Movimento de Mulheres paralisar as ações por sessenta dias (60) até o cumprimento das reivindicações retro mencionadas.

Sendo só para o momento, antecipadamente agradecemos e rendemos nossos protestos de estima e consideração.

Curitiba, 21.05.2001.

(aa) ILSELENE MAIRA DE PAULA - Requerente  
CRISTINA LORENA - Requerente

Recebemos o presente Requerimento:

(aa) RICARDO CHAB  
Presidente da Comissão de Segurança Pública

FERNANDO RIBAS CARLI, ÂNGELO VANHONI, EDSON STRAPASSON, GERALDO CARTÁRIO, RENATO GAÚCHO, CUSTÓDIO DA SILVA, DURVAL AMARAL”

Assinaram a Senhora Ilselema Maria de Paula e a dona Cristiane Lorena, representantes, que estão inclusive na tribuna de honra, desta Casa, acompanhando a sessão desta tarde.

Ao mesmo tempo, senhor presidente, quero registrar que todos os membros da Comissão de Segurança Pública assinaram, os Deputados Ribas Carli, Vanhoni, Strapasson, Renato Gaúcho, Custódio da Silva e Durval Amaral, na condição de líder do Governo, ciente desse acordo inicial, verbal, e que agora nós tiramos um documento oficial na Comissão de Segurança Pública.

Obrigado presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Desejamos sucesso nessa vossa reunião.

Pela Ordem, Deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Na mesma linha de raciocínio do Deputado Ricardo Chab, nós estamos apresentando requerimento na Casa hoje, pedindo a convocação do Secretário José Tavares, tendo em vista a gravidade deste movimento da Polícia Militar, das esposas dos policiais militares no Paraná inteiro, para que ele venha explicar aos deputados, quais são as atitudes do Governo do Paraná, quais são os encaminhamentos que o Governo está dando para poder regularizar esta situação que é inaceitável para nós, paranaenses, do absoluto desdém que o governo faz com a Polícia Militar do Paraná e com o Movimento das esposas dos policiais.

Então, é com este objetivo que estamos apresentando requerimento para que o Secretário José Tavares compareça a este Parlamento para dar explicações da conduta e do procedimento do Governo do Paraná em relação a este movimento que hoje tem dimensão no Estado inteiro.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, senhores deputados, nós recebemos, por volta das 14h00, as esposas dos policiais militares do Estado do Paraná, que buscavam efetivamente, acompanhadas dos Deputados Ricardo Chab e Tony Garcia, um diálogo com o Secretário da Segurança Pública José Tavares. Intercedemos nesse sentido, conversamos com o Secretário José Tavares, e ele, por solicitação nossa, conversou com o Comando Geral da Polícia Militar, Coronel Gilberto Foltran, e agora às 17h00 vai receber esta Comissão de Senhoras, acompanhadas pelo Deputado Ricardo Chab, e também por outros deputados que queiram se fazer presentes, com o intuito de auxiliar na solução desse imbroglio.

Tenho certeza que o fundamental nesse momento é acharmos uma solução para o problema. Mais importante do que a convocação do Secretário José Tavares para vir falar sobre este episódio nesta Casa, Deputado Nereu Moura, tenho convicção absoluta que é justamente esta disposição do Secretário receber as senhoras dos policiais militares, e encaminhar uma solução como pretendem até mesmo um acordo por escrito, razão pela qual eu me coloco à disposição, não sei se poderei acompanhar tendo em vista o andar da Sessão e a Sessão Extraordinária, mas Deputado Ricardo Chab vai representando a Liderança do Governo, acompanhando as senhoras todas até o Secretário José Tavares.

Muito obrigado!

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, no seguinte sentido, fazer um apelo ao Deputado Ricardo Chab, que é o Presidente da Comissão de Segurança, que deverá se reunir com o Secretário José Tavares, que em nome da Assembléia Legislativa, eu espero, eu acho que esse é o entendimento de todos os deputados, para que nunca mais os paranaenses tenham que assistir à cena que assistiram na semana passada.

Quando pela primeira vez na história da Paraná, eu tenho 45 anos, não me lembro de ter assistido uma cena tão triste como esta, aonde 6 esposas de soldados da Polícia Militar do Estado do Paraná, numa manifestação legítima, estavam segurando num portão na entrada os carros aqui em Curitiba, e o Batalhão de Choque da Polícia Militar foi chamado para acabar prendendo duas senhoras, esposas de policiais militares.

Pela primeira vez na história da Polícia Militar, ela se dividiu. Eu acho que não cabe a nós ficar raciocinando se o governo tem razão, não tem razão, mas o problema é que o governo não pode, tem que pôr a mão na consciência, e não pode permitir que as coisas cheguem ao estado que estão chegando.

Esta cena jamais vai sair da memória, não apenas da Polícia Militar, mas da memória dos paranaenses. Que o Secretário de Segurança tome consciência, perceba a gravidade da situação e que, pelo menos desta vez, cumpra aquilo que acordar com as mulheres dos soldados, dos oficiais da Corporação Militar do Estado do Paraná.

É esse o desejo e é essa a manifestação de todos os deputados e de todos os paranaenses, que não se protelem mais a solução dos problemas salariais daquela Corporação que tantos serviços prestam para o nosso povo do Estado do Paraná e desejo aos Deputados Ricardo Chab e Algaci Tulio, que possam arrancar esse compromisso escrito, mais uma vez. Sou daqueles que acham que acreditar e insistir no diálogo vale a pena, até às últimas tentativas.

Acho que as mulheres da Polícia Militar estão dando demonstração que ainda acreditam que os seus problemas possam ser solucionados através do diálogo. Infelizmente, até agora, a demonstração do governo não

tem sido nesse sentido. Então, que desta vez, o secretário perceba a gravidade e que nós não queremos e o Paraná não quer que a Polícia Militar se desestruture, se divida e que fiquem uns contra os outros dentro da Casa Militar, dentro dos nossos quartéis. É preciso que haja tranqüilidade, unidade e dignidade para que aqueles homens possam exercer uma profissão que é muito difícil, que é dar segurança para o povo do Estado do Paraná.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, a questão da Polícia Militar do Estado do Paraná já foi falada por mim há bastante tempo aqui nesta Assembléia Legislativa.

O Governo do Estado, o Senhor Jaime Lerner, por diversas vezes usou a Polícia Militar do Paraná até para os seus interesses políticos. Tivemos campanhas, com jantares onde os coronéis convidavam a tropa para assistir ao pronunciamento do então candidato a deputado federal, Abelardo Lupion, que prometia, em nome do governo, aumento de salário. Três dias antes de acabar o segundo turno aqui em Curitiba, em que meu colega Ângelo Vanhoni fatalmente seria prefeito, todos os batalhões se reuniram e os coronéis, mensageiros do Governo do Estado falavam: “O governo vai melhorar a situação de vocês, só que ele precisa se fortalecer politicamente”.

Então, todos os compromissos que o governo assumiu, de melhorar a qualidade de trabalho e também o salário dos policiais militares, associado ao uso político da tropa, fez com que se chegasse a um momento de exaustão. Ninguém mais acredita no que o governo fala, a não ser quando vierem os seus contracheques.

Essa é a realidade.

Há um descrédito total. Naquele dia em que estivemos lá com o Deputado Algaci Tulio, percebíamos, éramos vistos com desconfiança no meio das mulheres dos policiais. Tínhamos dificuldade em dizer que estávamos ali para acompanhar a situação e prestar a solidariedade.

O que precisamos, é despolitizar, do ponto de vista eleitoral, a Polícia Militar. Não significa que não possamos pensar em uma nova política para a Polícia Militar, do ponto de vista de segurança pública. E o que o Paraná precisa é uma nova política geral de segurança. Porque não adianta colocar remendo novo em calça velha. O que está aí é isso. Vícios de diversas formas na delegacia de Polícia Civil, uma hierarquia na Polícia Militar fragilíssima. Temos coronéis que falam mal de outros coronéis, porque este têm mais proximidade com o governo e o outro não. Porque esse tem um esquema tal e aquele tem outro. Não dá para continuar deste jeito. Não temos aqui na Polícia Militar do Paraná, o desenvolvimento de tecnologias de segurança. Veja se temos aqui, por parte do

Governo do Estado, convênio com universidade para desenvolver, por exemplo, um corpo técnico de especialista em comunicação e investigação de segurança em comunicação. Não temos. De armas.

O que foi uma preocupação central deste governo e percebemos aqui nos documentos e agentes de pessoas, é de que o governo se preocupava mais com o movimento social. Sabia mais do MST do que nós, do PT, por exemplo, que somos aliados políticos do MST! Eles sabiam mais do que nós, mas não sabiam das quadrilhas porque se preocupavam com movimentos que traziam prejuízo político e não um movimento que trazia prejuízo para a sociedade e para os nossos filhos, como o tráfico e o desmanche de carro. Essa é a questão.

Aí, em 147 anos de Polícia Militar, o Governo Jaime Lerner nos brinda com a sua maneira de administrar a segurança pública com a primeira rebelião, o primeiro motim, a primeira greve da Polícia Militar.

Queremos dizer aqui, que nós, da Bancada do PT, apoiamos o movimento das mulheres dos policiais militares de uma forma ou outra podiam se manifestar. Não concordamos com manifestações armadas e nem concordamos com a quebra de hierarquia. Porque quem vai armado não se coloca na situação de cidadão - estamos quebrando o princípio da democracia, porque daí vale mais a força de quem está armado do que a opinião de quem está desarmado.

Então queremos prestar a nossa solidariedade às mulheres - da mesma forma que o Deputado Ângelo Vanhoni: queremos ver as ações por escrito e, sobretudo, os contracheques. E a partir do ano que vem estamos elaborando já, o nosso plano de governo, e uma das questões que identificamos em pesquisa de opinião pública, que o Paraná mais reclama, é segurança, antes mesmo de ser deflagrado esse processo de greve.

Então, o PT do Paraná, tem proposta para a área de segurança que muda, radicalmente, o que está aí.

Não vamos colocar remendo novo em calça velha. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

Com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando passagens aéreas para os palestrantes e mediadores do “I Seminário Estadual sobre Oportunidades de Negócios em Seqüestro de CO e Benefícios Sócio-Ambientais”, para os dias 03 e 04 de junho próximo, bem como 05 diárias em hotel, para hospedagem dos mesmos. **Aprovado. À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/98, de autoria do Tribunal de Justiça, que extingue e cria cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme específica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 046/2000, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itacolomi, com sede no município de Itacolomi. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/2000, de 28.02.2000).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 166/2000, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Provopar Municipal da Lapa, com sede e foro no Município da Lapa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2000, de 29.05.2000).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 319/2000, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza a priorização para implantação de poços artesianos nas vias rurais, de todos os municípios do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/2000, de 03.10.2000).**

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 122/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui o Fundo Estadual de Cultura - FEC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2001, de 10.04.2001).**

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 124/2001, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Idosos Viva Vida de

Santo Antonio do Sudoeste/PR, com sede e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2001, de 10.04.2001).**

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/2000, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Farol Pentecostal - AERCOFAP, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.**

#### ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/2001, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Operária e beneficente Internacional "São Braz". PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.**

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/2000, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Fundação Melvin Jones - Distrito LD - 6 de Lions Clubs - Paraná, do Município de Londrina, no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2000, de 15.03.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 069/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Melvin Jones - Distrito LD-6 de Lions Clubs - Paraná, do Município de Londrina, no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.598/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2000, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação da Paz, de Paranaguá - PR, com sede e foro em Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2000, de 12.06.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 189/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Paz, de Paranaguá - PR, com sede e foro em Paranaguá.

Chamada esta comissão a se manifestar, e após cumprido o prazo do artigo 1º, inciso I da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, onde estabelece a obrigatoriedade da entidade possuir personalidade jurídica há mais de um ano, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se favoravelmente ao mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/2000, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Filadélfia - AERCOF, com sede e foro no Município de Terra Rica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 157/2000, de 13.11.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 377/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Filadélfia - AERCOF, com sede e foro no Município de Terra Rica.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação do Clube da Terceira Idade Vovô Feliz de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2001, de 09.04.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 114/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública Estadual a Associação do Clube da Terceira Idade Vovô Feliz de Medianeira - Actimed.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Creche Comunitária Casa da Criança São José, com sede e foro no Município de Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/2001, de 18.04.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 138/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Comunitária Casa da Criança São José, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

DIRETORIA LEGISLATIVA  
COORDENADORIA DE ACESSORAMENTO  
JURÍDICO LEGISLATIVO - CATL

ANÁLISE JURÍDICO LEGISLATIVA DA "CATL"  
DO PROJETO DE LEI Nº 138/2001

Chamada a manifestar-se esta Coordenadoria de Assessoramento Jurídico Legislativo, objetiva colaborar, fundamentar e embasar aos nobres senhores deputados, futuros relatores da matéria em epígrafe, consubstanciando seus pareceres conclusivos quando do exame pelas duntas Comissões Temáticas Permanentes.

O projeto de lei, objeto desta análise jurídico legislativa, é de autoria do Deputado Ademir Bier, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Creche Comunitária Casa da Criança São José, com sede e foro no Município de Curitiba.

Autuado em 20.04.2001, a proposição foi distribuída a esta Consultoria para ser analisado tecnicamente e receber análise prévia.

Tal instituição tem por finalidade prestar assistência e educação à criança de três a seis meses de idade, através de regime de semi-internato. Na realização de seus propósitos, a Casa da Criança, poderá realizar acordos, contratos e convênios, com entidades de direito público e privado, no Brasil e no exterior. Tem como principais atividades a realização de reunião com os pais e com a comunidade em geral, realizando um trabalho de elevado teor social.

Pela documentação apresentada, verifica-se que a entidade não tem fins lucrativos, tem personalidade jurídica há mais de um ano e sua diretoria é composta por pessoas idôneas, que não recebem remuneração pelo exercício de seus cargos, requisitos estes exigidos pela Lei nº 6994, em seu artigo 1º, incisos I, II e III, e mais, cumpre ainda, com o que reza o inciso IV, apresentando o relatório de atividades, onde fica comprovada que promove a educação e a assistência social.

Esta Consultoria Legislativa, após analisar a proposição conclui que a mesma se encontra em conformidade com a legislação pertinente, ou seja com a Lei nº 6994, que disciplina a declaração de Utilidade Pública e com a técnica legislativa vigente.

Pelo exposto, opinamos aos futuros relatores pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 097/01 na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 23.04.2001.

(aa) EVERLEI TEREZINHA CLETO

Consultora Jurídica

JEFFERSON ABADE

Coordenador de Assessoramento Jurídico Legislativo

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

## ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2001, de autoria da CPI da Adulteração de Combustíveis e Sonegação de Impostos, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração de Combustíveis e Sonegação de Impostos. **(Publ. no DA nº 041/2001, de 18/04/2001)**

**Em votação.**

O SR. EDSON STRAPASSON **(Para Encaminhar)**

Senhor presidente, gostaria de encaminhar este projeto, até porque na outra oportunidade, quando foi colocado em votação, encaminhei, da tribuna, contrário à aprovação deste relatório. E até quero registrar, aqui, o nosso protesto à Mesa desta Casa, que, na oportunidade, quando o Deputado Tony Garcia apresentou o relatório, solicitamos à Mesa que nos encaminhasse uma cópia completa de todo o relatório. Eu havia recebido um relatório sintético, que evidentemente não retrata o trabalho total, os depoimentos feitos pela CPI. Na sequência, nós

recebemos o relatório integral com todos os depoimentos das testemunhas, do trabalho realizado pela CPI. E, desta feita, está faltando os anexos que na verdade fazem parte do relatório, até porque são processos individuais das empresas autuadas, indiciadas, que são esses processos, efetivamente, que vão dar o encaminhamento ao Ministério Público, à Secretaria de Estado da Fazenda e à Agência Nacional do Petróleo.

Então, neste momento, gostaria de registrar primeiro o nosso protesto pela forma que recebemos os relatórios incompletos. E que, na verdade, conversando com o Deputado Durval Amaral e Deputado Tony Garcia, recebi da parte deles que até hoje eles me entregariam pelo menos alguns anexos para que eu pudesse me manifestar.

Para votação em 1ª Discussão, quanto ao aspecto constitucional, vou me abster de votar. E aguardando o relatório e esses anexos para que amanhã, quando votarmos a questão do mérito, eu tenha conhecimento, caso contrário, vou encaminhar para votar contra.

Encaminho, então, para que nós da Oposição votemos neste momento pela abstenção do relatório. Até porque nós não temos os anexos que considero de fundamental importância na votação.

O SR. HERMES DA FONSECA **(Para Encaminhar)**

Da mesma forma, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, e acredito que a Bancada dos Partidos de Oposição se absterem de votar neste relatório pelas razões já conhecidas desta Casa. Nós nos negamos a participar desta CPI, não concordamos com a sua instalação, com a sua aprovação e, conseqüentemente, não vamos votar pela aprovação, vamos nos abster.

Esse é o voto das Oposições, neste momento.

O SR. WALDYR PUGLIESI **(Para Encaminhar)**

Da mesma maneira que já foi encaminhado pelo Deputado Strapasson e pelo Deputado Hermes Fonseca, nós estamos encaminhando também no sentido de que, globalmente, as Oposições votem no sentido de nos abstermos da votação desse relatório final de comissão.

Abstenção.

O SR. PRESIDENTE **(Elio Rusch)**

Em votação. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, registre em Ata a abstenção da Oposição.

O SR. PRESIDENTE **(Elio Rusch)**

Será devidamente registrado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1449, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, com apoio dos Senhores Deputados Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, e

Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)  
Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.  
Requerimento nº 1454, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Custódio da Silva, Chico Noroeste, Luiz Accorsi, Irineu Colombo e demais senhores deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)  
Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.  
Requerimento nº 1467, de autoria do Senhor Deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)  
Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.  
Requerimento nº 1472, de autoria dos Senhores Deputados Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)  
Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.  
Requerimento nº 1476, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)  
Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.  
Requerimento nº 1484, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)  
Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1488, de autoria do senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Adiado por 01 sessão.**

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)  
Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Para encaminhar, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA  
Senhor presidente, acho que precisamos ficar esclarecidos do que está acontecendo em relação à greve, quais são os procedimentos que o Governo está tomando, quais são as iniciativas do Governo.

Até para que possamos ter respostas às indagações que são formuladas diariamente na rua.

Então, seria de bom alvitre que o secretário viesse aqui para poder explicar à nossa Casa, Assembléia Legislativa, as ações que o Governo determinou em relação a esse episódio.

Por isso apelo ao Deputado Durval Amaral, líder do Governo, para que deixe passar esse requerimento, a fim de que possamos nos pautar em cima da realidade, em cima daquilo que efetivamente esteja acontecendo.

O SR. DURVAL AMARAL  
Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Para encaminhar, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL  
Entendo a preocupação do Deputado Nereu Moura. E queria fazer um apelo ao deputado, para que retirasse o requerimento e tão logo estivesse encerrada a sessão, pudéssemos nos dirigir à Secretaria da Segurança Pública.

Vou junto com o senhor e também com o Deputado Ricardo Chab, que lá já se encontra, juntamente com as senhoras, para poder ter os esclarecimentos que são necessários efetivamente. Haja vista que essa gloriosa corporação, essa instituição da polícia militar, as senhoras dos policiais militares, estão envolvidas nesse movimento de paralisação.

Então, encareço ao Deputado Nereu Moura, para que retire o requerimento e ao final da sessão, possamos nos dirigir juntos à Secretaria da Segurança Pública, terei prazer de acompanhar o combativo Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)  
Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Não posso concordar com essa proposta do Deputado Durval Amaral.

O que posso concordar é de transferir a votação do requerimento para amanhã e o Deputado Durval Amaral, conversar com o Secretário para estudar uma data que ele possa vir aqui na Casa, ou de forma formal ou informal para dar explicações sobre o que o Governo deseja fazer, o que está fazendo em relação a esse assunto que tem grande repercussão na sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência está retirando por um dia, para amanhã?

O SR. NEREU MOURA

Peço para discutir o meu requerimento amanhã, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

**Retirado por uma sessão.**

Requerimento nº 1364, de autoria do senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para encaminhar**)

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

O requerimento do Deputado Hidekazu Takayama, segundo ele me informou, foi um pedido de alguns pastores de sua Igreja.

Eu havia pedido a ele que retirasse esse requerimento, que trata da união civil de pessoas do mesmo sexo.

Está nesses termos o requerimento.

**(O senhor presidente lê o requerimento na íntegra).**

Então vejam, senhores deputados.

O projeto trata de união civil de pessoas do mesmo sexo. O projeto não trata de casamento, o projeto não obriga nenhum padre, nenhum pastor, nenhuma pessoa do Candomblé, a fazer casamento.

O projeto é uma união civil. É uma modalidade diferenciada do ponto de vista jurídico, que não está se usando ainda no Brasil.

Vários países já usam.

Pedi até para o Deputado Takayama que retirasse o requerimento tendo em vista que no Congresso Nacional já foi motivo de amplo debate.

Que esse projeto que aí está o número que leva, é um substitutivo do deputado do PTB do Rio de Janeiro, Roberto Jefferson, que altera o projeto inicial que era da

deputada federal, agora Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.

O projeto consagra do ponto de vista jurídico, o que está ocorrendo na prática.

Toda legislação desde a 1ª Constituição do tempo do Rei João-Sem-Terra, lá na Inglaterra de 1382, quando surgiram as primeiras cláusulas escritas constitucionais, tem origem nos usos e costumes.

Então, o que acontece?

As pessoas, por amor, se unem, e às vezes os seus pactos materiais não são reconhecidos pela Justiça, porque não tem amparo legal.

Apesar de que Justiça e vários casos de solução e demanda jurídica de união de pessoas, alguns juízes tem dado ganho de causa ao patrimônio conseguido conjuntamente e outros não, porque vai do arbítrio do próprio juiz.

Com essa lei, estaria resolvido o problema.

As demandas do ponto de vista material, estariam sanadas porque a lei diz claramente, conforme acontece no casamento civil, o pacto diz se há a separação de bens, comunhão de bens ou separação parcial de bens. E além do mais e proibido ter adoção ou ter filhos adotados como casal. O projeto resguarda que isto não seja aceito e também nos cartórios tenhamos anotações em livro próprio neste caso.

Quero ressaltar aqui que vários pastores do Brasil inteiro têm mandado manifestações de apoio ao projeto de lei. Alguns deles chegam a mencionar, para justificar o apoio à união civil de pessoas do mesmo sexo, o segundo livro de Samuel, capítulo 1º, versículo 23, aonde mostra o amor que existia entre Jonatan e Davi - segundo a Bíblia, era maior do que o apreço que tinha Davi pelas mulheres.

Então, aqui não estamos tratando banalmente de casamento de gays, porque assim não trato seres humanos.

Eu não trato a pessoa que não opta pelo sexo que eu opto, sexo masculino, com descrédito, com desprestígio.

Acho que são pessoas que merecem o nosso total respeito como seres humanos gerados pela força divina.

São cidadãos homossexuais ou com opção sexual diferenciada e como tal deve respeitar, porque na cultura brasileira, infelizmente, se hoje tivéssemos um candidato a presidente da República que falasse - olha pessoas, eu sou corrupto mas sou macho. E outro que falasse - eu sou decente, de bom caráter mas sou gay ou sou homossexual - aposto que muitos iam defender o corrupto e macho.

O que importa não é o que se faz a quatro paredes. O que importa é o caráter, é o ser humano. E isto tem que ser consagrado do ponto de vista jurídico.

Por isso nós defendemos o projeto que está em tramitação no Congresso Nacional, com pareceres de todos os segmentos partidários e com vários documentos de aprovação de pastores de várias igrejas, porque o que tem de importância na humanidade é o amor, e o amor das pessoas não se julga pelo que o outro pensa.



Por isso nós queremos recomendar a este Plenário, que se não for possível, ainda, que o Deputado Pastor Takayama retire o projeto de extrema polêmica, que votemos contrário, para deixar o congresso livre para votar do jeito do seu arbítrio e vai votar pela aprovação, tanto é que está tramitando, tem substitutivo, foi aprovado por grande maioria nas comissões, porque consagra o direito o que existe na prática. O projeto diz que pessoas do mesmo sexo que querem manter um pacto contratual de união civil pode ser feito à luz da legislação brasileira. Não diz que é casamento, não permite a adoção e também não diz se vai ser entre homens e entre mulheres.

Eu gostaria de deixar bem clara esta posição, apesar de ser a minha opção, vai contra, oportuniza a ilhéria, a piada, as gracinhas, mas eu assumo com absoluta tranqüilidade, tanto é que o Paulo Maluf, lá em São Paulo, usou vastamente na campanha contra a Marta Suplicy neste aspecto e foi derrotado porque parece que a sociedade está mais avançada - muitas vezes - que o parlamento, em alguns aspectos e esse me parece que é o caso.

Temos que ter a maturidade suficiente para entender a sociedade - não podemos ficar optando pelas pessoas, pela escolha da sexualidade. Precisamos nos preocupar com as pessoas, do ponto de vista do caráter, da opção pela vida, pelo amor, pelo respeito ao próximo, que é mais importante que o resto.

Não tenho medo de enfrentar esse tipo de polêmica, porque tenho uma filha e terei em breve um filho. E se eles tiverem por acaso uma opção sexual diferente? Vou abandoná-los? Ou vou respeitá-los e amá-los? Não tenho a menor dúvida que serão sempre os meus filhos e como tal, vou respeitá-los e amá-los.

Se eu pudesse adotaria todas as crianças do mundo, porque acho que tenho amor suficiente por elas, independente da sua opção sexual.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Ainda continua em discussão.  
Em votação.

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente.

**(Assentimento)**

Respeito o posicionamento do companheiro Irineu Colombo, porém eu queria deixar claro aos nobres companheiros, tanto da Situação, como da Oposição - como essa questão não é fechada, partidariamente - sei que dentro do PT a questão ficou livre.

Muitos membros do PT, alguns são favoráveis, outros contra.

Eu pediria aos nobres companheiros a compreensão do efeito colateral que a aprovação dessa lei pode causar.

Esta é a razão mais forte do meu pedido:

Se essa lei for aprovada, provocará dificuldades para os padres, clérigos e pastores sob o risco de sofrerem

processos muitas vezes militares, por discriminarmos a Constituição.

Porque existe jurisprudência para pessoas do mesmo sexo, que queiram conviver juntos na forma de contratos: a Justiça dá esse direito para que eles façam isso. Não há necessidade de colocar isso na Constituição, sob o risco de termos esses problemas colaterais.

Esta é a razão pela qual eu peço aos companheiros: votem a aprovação desse requerimento, para que possamos fortalecer a não aprovação dessa lei, que poderá trazer prejuízos enormes ao nosso segmento e também na maior parte da formação das nossas famílias.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. CHICO NOROESTE (Para Encaminhar)**

Senhor presidente.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Conversando com o Deputado Takayama e pastor da Assembléia de Deus e também com outros pastores - recebi um manifesto da igreja, que se coloca contrária à aprovação desse projeto, no Congresso nacional.

O pastor Takayama, deputado me disse. Não conheço a fundo a íntegra desse projeto, mas o Deputado Takayama me disse que conhece e disse que traz o risco da adoção. E filhos sem nenhum desses costumes podem, de repente, partir para lados que são contrários aos costumes bíblicos.

Outros pastores conhecem o projeto e também me pediram que não medisse esforços, no sentido de que esse projeto não fosse apoiado, pelo congresso Nacional.

Portanto, me somo ao Deputado Takayama nesta proposição.

**O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente.

**(Assentimento)**

Acho que existem assuntos bem mais sérios, para serem discutidos a nível nacional. O congresso Nacional tem uma pauta abarrotada de temas da mais alta gravidade que mexem com a vida de toda a população brasileira, para serem questionadas. Particularmente, não tenho preconceito em relação às pessoas, que cada um faça de sua vida o que deseja, o que quer.

Todavia por uma questão de princípios religiosos, eu sou da Igreja Católica, eu também me reservo o direito de achar que o Congresso Nacional deva apreciar outros assuntos e não este tipo de assunto.

Por isso, eu concordo com o requerimento para deixar bem claro, aqui nesta Casa que a polêmica havida não foi pelo conteúdo do requerimento, mas por outras situações.

Eu também coloco a minha posição favorável para que a Casa aprove este requerimento para que o Congresso Nacional archive esta proposta e discuta os assuntos que, efetivamente, são prioritários, na vida do povo brasileiro.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente.

Quero deixar cada Parlamentar, principalmente da base de apoio, para votar de acordo com a sua convicção. Pessoalmente, por ser católico e em solidariedade ao Deputado Takayama, vou votar pela aprovação do requerimento

Casa deputado portanto, vote conforme o seu entendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

28 senhores deputados aprovam,

4 senhores deputados rejeitam.

**Aprovado o requerimento.**

Requerimento nº 1426, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1430 de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1434, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1435, 1436 e 1460, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1437, de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1438 a 1442, de autoria do Senhor Deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1443 e 1473 a 1475, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1444 e 1445, de autoria do Senhor Deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1448, de autoria do Senhor Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1450 a 1452 e 1463 a 1466, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1455, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1456, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1457, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1458, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1459, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1461 e 1462, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1468 e 1469, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1470, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1471, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1477, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1478 e 1479, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1481 e 1482, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1483, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1486 e 1487, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1491 a 1495, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1429, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 001/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 459/98; 069, 189, 377/2000; 114 e 138/2001 e do Projeto de Resolução nº 010/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 151/2000; 025 e 151/2001 e do Projeto de Resolução nº 076/2001 e do Projeto de Lei nº 148/2001.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº014/2001.

Levanta-se a sessão.

## Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 21 DE MAIO DE 2001.

### Racionamento, Crise e Privatização

João Felício e  
Antonio Carlos Spis

O Brasil está à beira do caos e às vésperas de jogar toda a população no escuro. Enquanto isso, numa demonstração de que esse é um país governado por quem não é sério, a afirmação do presidente do Banco Central de que o racionamento e o aumento de tarifas devem ser temporários porque o que existe é falta do produto - “é igual a quando falta chuchu na feira” - causa indignação.

Ora, comparar energia elétrica a chuchu demonstra claramente por que o Brasil vive a pior crise energética de sua história. A diferença é que, quando o chuchu está em falta na feira, o consumidor pode optar pela abobrinha. Com falta de energia, o consumidor só tem as opções do apagão, da tarifa mais cara, da redução da atividade econômica, do aumento de inflação e desemprego.

Não adianta também culpar São Pedro ou governos anteriores. Os únicos responsáveis são FHC, sua equipe econômica e sua equipe energética, formadas pelo Ministério de Minas e Energia, Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANP (Agência Nacional do Petróleo) e BNDES. Desde sempre, e principalmente a partir de 94, a CUT e seus sindicatos filiados ao setor energético vêm alertando para a necessidade de investimentos para evitar o caos que lamentavelmente se aproxima.

A solução para corrigir o déficit de energia seria manter tudo o que já estava pronto e em funcionamento sob controle do Estado e buscar a parceria com a iniciativa privada na expansão do setor para atender ao aumento da demanda. Por meio de um planejamento estratégico, com políticas bem definidas e marcos regulatórios, teria sido possível garantir investimentos privados principalmente na geração e transmissão.

Mas, abandonando o planejamento, o governo resolveu partir para a solução mais fácil, passando ao capital privado a responsabilidade de cuidar de tudo. Com a privatização, concessionárias de um serviço essencial à vida foram parar nas mãos da iniciativa privada e, fatalmente, ficaram submetidas ao jogo do lucro e às regras de mercado.

Agora, às vésperas da crise anunciada, a realidade escancara o fracasso do modelo de privatização adotado e o abandono do planejamento a longo prazo, até então marca registrada do setor elétrico brasileiro. Os investimentos despencaram da média anual de R\$13 bilhões, nos anos 80, para cerca de R\$7 bilhões na década de 90. E o aumento do consumo foi de 50%, sendo que a capacidade instalada cresceu apenas 35% nos anos 90.

O desmonte do setor energético também fez triplicar o déficit de energia em apenas três anos - saltou de 5% para 15,1% e deve chegar aos 19,8% nos próximos dois anos. Faltou também investimento na transmissão.

O resultado não poderia ser outro senão o racionamento de energia e suas graves consequências em pleno século 21, situação só vivida na década de 50, quando quase todo o sistema elétrico brasileiro era privado, e que só foi solucionada com a estatização do setor.

Os transtornos e os prejuízos que serão causados à população são incalculáveis. A crise de energia aprofundará a crise econômica e social com a não criação de 800 mil novas vagas (FGV), agravando o crescente desemprego.

Além dos transtornos diários do apagão, os consumidores, já penalizados depois da privatização com até 90% de aumento nas tarifas e o fim do subsídio à população de baixa renda, terão que pagar contas com valores astronômicos, inversamente proporcionais à qualidade do atendimento e dos serviços.

Não bastasse o repasse da responsabilidade social de um serviço público, o governo ainda criou organismos políticos que, sem capacidade de fiscalização e gerenciamento do sistema, acabaram se transformando em ninhos de acomodação de grupos políticos que dão sustentação ao governo.

Pior ainda é ver que, mesmo diante da gravidade da situação, o governo insiste em defender seu modelo de privatização, buscando esconder os impactos nefastos que esse modelo trouxe à população e ao sistema energético, comprometendo, inclusive, as possibilidades de crescimento econômico do país.

É por isso que a CUT e seus sindicatos, empenhados em tirar o Brasil da escuridão, exigem a suspensão imediata do programa de privatização, a ampliação dos investimentos na expansão e em fontes alternativas de energia e planejamento integrado do setor, além de um amplo debate sobre o modelo ener-

gético a ser adotado no Brasil, envolvendo principalmente a população brasileira. Sem isso, é inevitável que se apague para sempre a nossa possibilidade de desenvolvimento.

### **Pedidos de Adesão:**

#### **PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO**

MARINALVA DE MORAIS DE RAMOS, matrícula 40130; Endereço: Rua Antenor de Souza, 402, Bairro Centenário, Curitiba - PR, CEP: 82960-020, com remuneração mensal estimada R\$788,19, CPF nº 335.004.794-72, telefone: 226-3249, lotação DA, data de nascimento: 20.12.60.

Solicito ao Senhor Doutor Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de Agente Administrativo N61.

Curitiba, 18.05.2001.

(a) MARINALVA DE MORAIS DE RAMOS  
(Prot. nº 5038)

#### **PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO**

HILDA MARIA MONTEIRO CORRÊA, matrícula 41258; Endereço: Travessa Rafael Francisco Greca, 99 - Ap. 1248 - Bairro Água Verde, Curitiba - PR, CEP: 80620-150, com remuneração mensal estimada R\$804,46, CPF nº 428.266.599-87, telefone: 243-2101, lotação DA, data de nascimento: 15.12.60.

Solicito ao Senhor Doutor Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos

servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de N061.

Curitiba, 21.05.2001.

(a) HILDA MARIA MONTEIRO CORRÊA  
(Prot. nº 5076)

#### **PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO**

CRISTINA KAORU TATSUMI, matrícula 41259; Endereço: Rua Augusto de Mari, 3401 - Ap. 101 - Portão, Curitiba - PR, com remuneração mensal estimada R\$804,46, CPF nº 299.580.919-68, telefone: 253-3008, data de nascimento: 03.03.58.

Solicito ao Senhor Doutor Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de N061.

Curitiba, 21.05.2001.

(a) CRISTINA KAORU TATSUMI  
(Prot. nº 5075)

#### **PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO**

MARCO ANTONIO FERNANDO MACHADO, matrícula 40980; Endereço: Rua Maximino Zanon, 345 - Ap. 13 - Bairro Bacacheri, Curitiba - PR, com remuneração mensal estimada R\$732,49, CPF nº 514.956.949-68, telefone: 9183-8533, data de nascimento: 15.02.62.

Solicito ao Senhor Doutor Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de Nível 059.

Curitiba, 21.05.2001.

(a) MARCO ANTONIO FERNANDO MACHADO  
(Prot. nº 5083)